

IOCHPE-MAXION S.A.
CNPJ 61.156.113/0001-75
NIRE 35.300.014.022
Companhia Aberta

**PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA**

Prezados Acionistas,

Conforme edital de convocação e manual para participação na Assembleia Geral Ordinária ("Assembleia") divulgados nesta data, os acionistas da IOCHPE-MAXION S.A. ("Companhia") são convocados para se reunirem em Assembleia a ser realizada no dia **16 de abril de 2025, às 14:00 horas**, na sede da Companhia, localizada no Município de Cruzeiro, Estado de São Paulo, na Rua Dr. Othon Barcellos, 83, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: (i) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024; (ii) deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, bem como ratificar a distribuição de dividendos; (iii) deliberar sobre o número de membros a compor o Conselho de Administração da Companhia no próximo mandato unificado de dois anos; (iv) eleger os membros titulares e suplentes do Conselho de Administração da Companhia; e (v) fixar a remuneração global dos administradores da Companhia para o exercício de 2025.

Assim, apresentamos a seguir a proposta da administração da Companhia ("Proposta"), nos termos da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 81/22, contendo os documentos e informações pertinentes às matérias incluídas na ordem do dia da Assembleia.

Cruzeiro, 14 de março de 2025.

DAN IOSCHPE
Presidente do Conselho de Administração

ÍNDICE

I -	TOMAR AS CONTAS DOS ADMINISTRADORES, EXAMINAR, DISCUTIR E VOTAR AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DA COMPANHIA RELATIVAS AO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024	3
II -	DELIBERAR SOBRE A DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024, BEM COMO RATIFICAR A DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS	4
III -	DELIBERAR SOBRE O NÚMERO DE MEMBROS A COMPOR O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA NO PRÓXIMO MANDATO UNIFICADO DE DOIS ANOS	6
IV -	ELEGER OS MEMBROS TITULARES E SUPLENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA	7
V -	FIXAR A REMUNERAÇÃO GLOBAL DOS ADMINISTRADORES DA COMPANHIA PARA O EXERCÍCIO DE 2025	9
ANEXO I – COMENTÁRIOS DOS ADMINISTRADORES SOBRE A SITUAÇÃO FINANCEIRA DA COMPANHIA		13
ANEXO II – INFORMAÇÕES DO ANEXO A DA RESOLUÇÃO CVM Nº 81/22		42
ANEXO III – INFORMAÇÕES RELATIVAS AOS CANDIDATOS A MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO		48
ANEXO IV – INFORMAÇÕES SOBRE REMUNERAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO		66

I - TOMAR AS CONTAS DOS ADMINISTRADORES, EXAMINAR, DISCUTIR E VOTAR AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DA COMPANHIA RELATIVAS AO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

O relatório da administração sobre os negócios sociais e os principais fatos do último exercício, bem como as demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, da Companhia relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024, acompanhadas de suas notas explicativas, encontram-se disponíveis na sede da Companhia e nas páginas da Companhia (www.iochpe.com.br), da CVM (www.gov.br/cvm) e da B3 (www.b3.com.br) na rede mundial de computadores desde o dia 26 de fevereiro de 2025, bem como foram publicados no jornal “Valor Econômico”, na sua edição impressa e na página do referido jornal na rede mundial de computadores (<https://valor.globo.com/>), em 27 de fevereiro de 2025.

Adicionalmente, foram devidamente divulgados e publicados, em conjunto com as referidas demonstrações financeiras, o relatório dos auditores independentes (Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.) sobre as demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024, bem como o relatório do Comitê de Auditoria Estatutário da Companhia, nos termos do artigo 10 da Resolução CVM nº 81/22.

Também se encontra disponível nas páginas da Companhia, da CVM e da B3 na rede mundial de computadores, desde o dia 26 de fevereiro de 2025, o formulário de demonstrações financeiras padronizadas - DFP da Companhia relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024.

Em atenção ao disposto no inciso III do artigo 10 da Resolução CVM nº 81/22, apresentamos no [Anexo I](#) da presente Proposta nossos comentários sobre a situação financeira da Companhia, nos termos do Item 2 do Formulário de Referência.

Assim, propomos que sejam aprovados pela Assembleia o relatório da administração sobre os negócios sociais e os principais fatos do exercício findo, bem como as demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024.

II - DELIBERAR SOBRE A DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024, BEM COMO RATIFICAR A DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, a Companhia apurou lucro líquido no montante de R\$ 264.719 mil, o qual somado à realização da depreciação do custo atribuído, líquido de impostos, do referido exercício, no valor de R\$ 3.776 mil, resultou no valor de lucro ajustado de R\$ 268.495 mil. Assim, conforme indicado no relatório da administração e nas demonstrações financeiras da Companhia divulgados em 26 de fevereiro de 2025, propomos que seja aprovada pela Assembleia a seguinte destinação do lucro líquido:

- (a) R\$ 13.425 mil destinados à reserva legal (5%);
- (b) R\$ 155.727 mil destinados à reserva estatutária de investimentos e capital de giro (58%);
- (c) R\$ 99.343 mil destinados ao dividendo obrigatório (37%), distribuído aos acionistas da seguinte forma:
 - (i) R\$ 70.195 mil por meio de juros sobre o capital próprio (“JCP”) (líquidos de imposto de renda na fonte, quando aplicável, nos termos da legislação vigente) aprovados pelo Conselho de Administração em reuniões realizadas em 26 de junho de 2024 e 25 de setembro de 2024, conforme facultado pelo artigo 41 do estatuto social da Companhia, e
 - (ii) R\$ 29.148 mil a título de dividendos aprovados pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 26 de fevereiro de 2025, *ad referendum* da Assembleia, conforme indicado na tabela abaixo.

Data da Declaração	Dividendo / JCP	Data de Corte	Data “ex” Proventos	Valor Total Líquido R\$ mil	Valor Total Bruto R\$ mil	Total Ações (-) Tesouraria	Valor por Ação ⁽¹⁾ R\$
26/06/2024	JCP	01/07/2024	02/07/2024	17.314	19.191	135.124.421	0,1281373
25/09/2024	JCP	01/10/2024	02/10/2024	52.881	58.259	135.943.253	0,3889890
26/02/2025	Dividendo	06/03/2025	07/03/2025	29.148	29.148	149.769.774	0,1946212

⁽¹⁾ Calculado com base no valor total bruto.

O pagamento dos JCP e dos dividendos mencionados acima será realizado em 02 de abril de 2025, conforme deliberado em reunião do Conselho de Administração realizada em 26 de fevereiro de 2025.

Adicionalmente, em atenção ao disposto no inciso II do parágrafo único do artigo 10 da Resolução CVM nº 81/22, apresentamos no [Anexo II](#) da presente Proposta as informações indicadas no Anexo A da referida resolução.

III - DELIBERAR SOBRE O NÚMERO DE MEMBROS A COMPOR O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA NO PRÓXIMO MANDATO UNIFICADO DE DOIS ANOS

De acordo com o Artigo 18 do estatuto social da Companhia, o Conselho de Administração pode ser composto por, no mínimo, 5 (cinco) e, no máximo, 13 (treze) membros titulares, e até 13 (treze) membros suplentes, sendo permitida a reeleição.

Observa-se que o Conselho de Administração da Companhia deverá ser composto de, no mínimo, 2 (dois) conselheiros independentes, ou 20% (vinte por cento), o que for maior, nos termos do Regulamento do Novo Mercado e da regulamentação da CVM.

O Conselho de Administração da Companhia é atualmente composto por 9 (nove) membros titulares e 6 (seis) membros suplentes. Propomos que para o próximo mandato unificado de 2 (dois) anos, que se encerrará na Assembleia Geral Ordinária a realizar-se em 2027, o Conselho de Administração seja composto por 9 (nove) membros titulares e 5 (cinco) membros suplentes, sendo, portanto, mantido o atual número de membros titulares e reduzido um cargo de membro suplente do referido órgão.

IV - ELEGER OS MEMBROS TITULARES E SUPLENTES DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA

De acordo com Artigo 19 do estatuto social da Companhia, não sendo solicitado, na forma da Lei nº 6.404/76, o processo de voto múltiplo, a Assembleia deverá eleger, por votação majoritária, uma chapa para compor o Conselho de Administração, não sendo admitida a votação individual em candidatos.

O percentual mínimo de participação no capital votante necessário à requisição da adoção do processo de voto múltiplo para a eleição dos membros do Conselho de Administração da Companhia é de 5% (cinco por cento), nos termos do artigo 141 da Lei nº 6.404/76 combinado com o artigo 3º da Resolução CVM nº 70/22.

Assim, na forma do Parágrafo Primeiro do referido Artigo 19 do estatuto social, propomos à Assembleia a seguinte chapa para concorrer à eleição do Conselho de Administração da Companhia:

Chapa proposta para concorrer à eleição do Conselho de Administração em 2025		
#	Candidatos a membro titular	Candidatos a membro suplente
1	DAN IOSCHPE CPF: 439.240.690-34	SALOMÃO IOSCHPE CPF: 400.517.220-20
2	GUSTAVO BERG IOSCHPE CPF: 920.901.680-72	DÉBORA BERG IOSCHPE CPF: 801.868.310-72
3	IBOTY BROCHMANN IOSCHPE CPF: 000.922.820-91	CLAUDIA IOSCHPE CPF: 938.905.590-34
4	MARCOS SERGIO DE OLIVEIRA CPF: 008.516.768-12	---
5	DEBORAH STERN VIEITAS * CPF: 013.968.828-55	MAURO KNIJNIK * CPF: 002.231.740-68
6	NILDEMAR SECCHES * CPF: 589.461.528-34	RONALD JOHN ALDWORTH * CPF: 052.981.130-87
7	SERGIO LUIZ SILVA SCHWARTZ * CPF: 383.104.659-04	---
8	ALEXANDRE GONÇALVES SILVA * CPF: 022.153.817-87	---
9	HENRIQUE BREDDA * CPF: 221.014.238-55	---

* Candidatos a conselheiro independente conforme critérios do Regulamento do Novo Mercado e da regulamentação da CVM.

Observa-se que, conforme declarações de enquadramento em relação aos critérios de independência fornecidas pelos candidatos, e de acordo com a manifestação do Conselho de Administração da Companhia constante da ata da reunião realizada em 12 de março de 2025 (disponível nas páginas da Companhia (www.iochpe.com.br), da CVM (www.gov.br/cvm) e da B3 (www.b3.com.br) na rede mundial de computadores), os candidatos destacados no quadro acima como candidatos a conselheiro independente se enquadram nos critérios de independência estabelecidos no Regulamento do Novo Mercado e no Anexo K à Resolução CVM nº 80/22.

Informa-se, ainda, que o Conselho de Administração, com o assessoramento do Comitê de Nomeação e Remuneração, avaliou as indicações acima, confirmando que o perfil dos candidatos que integram a chapa proposta está aderente aos critérios previstos no regimento interno do Conselho de Administração e na Política de Indicação da Companhia, tal como manifestado na ata de reunião anteriormente mencionada.

Adicionalmente, em atenção ao disposto no inciso I do artigo 11 da Resolução CVM nº 81/22, as informações indicadas nos itens 7.3 a 7.6 do Formulário de Referência, relativas aos candidatos a membros do Conselho de Administração acima indicados, constam do [Anexo III](#) da presente Proposta.

V - FIXAR A REMUNERAÇÃO GLOBAL DOS ADMINISTRADORES DA COMPANHIA PARA O EXERCÍCIO DE 2025

Propomos que a remuneração global dos administradores da Companhia, ou seja, dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva (diretores estatutários), para o exercício de 2025 seja fixada no valor de até R\$ 43,0 milhões, a ser distribuído pelo Conselho de Administração nos termos do Parágrafo Quarto do Artigo 17 e da alínea (e) do Artigo 24 do estatuto social da Companhia.

O montante global anual acima proposto resulta da soma dos seguintes elementos que compõem a remuneração total dos administradores da Companhia prevista para o exercício social de 2025, segregada entre os seus componentes fixos e variáveis e apresentada por órgão:

Remuneração total prevista para o exercício social corrente (2025) – Valores Anuais ¹			
Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Executiva (Estatutária)	Total
Nº total de membros	9,00	4,00	13,00
Nº de membros remunerados	9,00	4,00	13,00
Remuneração fixa anual, segregada em:			
Salário ou pró-labore	5.364.770	10.643.146	16.007.916
Benefícios diretos e indiretos	933.278	4.606.848	5.540.126
Remuneração por participações em comitês	1.170.495	-	1.170.495
Outros	-	888.912	888.912
Remuneração variável, segregada em:			
Bônus	-	11.557.210	11.557.210
Participação nos resultados	-	-	-
Remuneração por participações em reuniões	-	-	-
Comissões	-	-	-
Outros	-	-	-
Benefícios pós-emprego	-	263.282	263.282
Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	-	3.735.385	3.735.385
Remuneração baseada em ações, incluindo opções	-	3.836.674	3.836.674
Total da remuneração	7.468.543	35.531.457	43.000.000

¹ A remuneração não inclui os encargos sociais de ônus do empregador.

Informa-se que o valor máximo da remuneração global dos administradores aprovado pela Assembleia Geral Ordinária para o exercício de 2024 foi de R\$ 29,5 milhões e que o valor da remuneração efetivamente realizado no referido exercício social foi de R\$ 23,9 milhões. O montante reconhecido em 2024 foi inferior ao valor máximo aprovado para tal exercício social principalmente devido ao fato de não ter sido alcançado o montante máximo potencial de remuneração variável de curto prazo previsto para o referido ano, após apuração do atingimento das metas estabelecidas para tanto, e pelo fato de não ter havido alteração do número de membros que compõem a diretoria estatutária, ou seja, não ter sido concretizada a nomeação de um quinto diretor estatutário que havia sido prevista na proposta anterior.

O acréscimo ora proposto no valor da remuneração global dos administradores da Companhia para o exercício de 2025 em relação ao montante proposto para o exercício anterior justifica-se pelos fatores a seguir expostos:

- (i) Conforme comunicado ao mercado divulgado em 12 de março de 2025, em linha com o plano de sucessão da alta liderança da Companhia, o Sr. Petrus Wilhelmus Maria Klinkers (Pieter Klinkers), diretor presidente da *Maxion Wheels* baseado na Alemanha desde 2015, assumirá a posição de Diretor Presidente da Companhia a partir de 16 de abril de 2025. A remuneração do novo Diretor Presidente é fixada em moeda estrangeira (euro) e tem por base práticas internacionais de mercado, compatíveis com sua localidade de origem, tendo sido considerada, para fins de cálculo da verba proposta, a taxa de câmbio de R\$ 6,20 por euro;
- (ii) O atual Diretor Presidente da Companhia, Sr. Marcos Sergio de Oliveira, que ocupa a referida posição desde março de 2014, deixará o cargo ao final do atual mandato da Diretoria Executiva no próximo dia 16 de abril, razão pela qual, no exercício de 2025, será reconhecido no resultado da Companhia o montante correspondente às suas verbas rescisórias;
- (iii) Ainda em razão do desligamento do atual Diretor Presidente do seu cargo, por término do mandato sem recondução, também será reconhecido no resultado da Companhia, no exercício de 2025, a parcela ainda não provisionada do valor total a que o referido executivo faz jus nos termos do Plano Especial de Retenção que lhe foi outorgado pelo Conselho de Administração em 26 de agosto de 2020, sujeito à condição de que seja cumprido compromisso de não concorrência, conforme indicado no item 8.16 do Formulário de Referência da Companhia. O valor do referido benefício, a ser pago em dinheiro, poderá atingir o montante máximo correspondente a 400.000 ações de emissão da Companhia negociadas na B3, convertidas pelo preço médio ponderado das ações nos 20 pregões anteriores à data do desligamento, sendo 50% do referido montante sujeito ainda ao cumprimento de metas de desempenho qualitativas;

(iv) Reconhecimento no resultado da Companhia do valor potencial acumulado dos prêmios em dinheiro, denominados *Restricted Stock Unit* (“RSU”) e *Performance Share* (“PS”), outorgados aos diretores estatutários, observados os períodos de *vesting* de dois a quatro anos, prêmios estes referenciados na valorização das ações de emissão da Companhia e, no caso das PSs, sujeito ainda ao atingimento de metas baseadas no retorno sobre capital investido na Companhia (“ROIC”), nos termos previstos no Plano de Incentivo de Longo Prazo da Companhia, detalhado no item 8.4 do [Anexo IV](#) desta Proposta. Para fins de cálculo desse componente da verba proposta, considerou-se o valor de R\$ 13,00 por cada RSU e PS; e

(v) Revisão anual da remuneração com base em pesquisa de mercado e/ou aplicação do índice de inflação (IPC-A) no período, conforme o caso, tal como previsto na Política de Remuneração da Administração da Companhia (disponível nas páginas da Companhia e da CVM na rede mundial de computadores) e detalhado no item 8.1 do [Anexo IV](#) desta Proposta.

O montante global anual ora proposto representa a melhor estimativa, no momento da elaboração desta Proposta, da verba máxima que poderá ser incorrida pela Companhia com a remuneração de seus administradores no exercício em questão (incluindo eventual parcela variável e benefícios de qualquer natureza). Observa-se que, ainda que a verba global proposta tenha sido calculada com base em critérios e premissas razoáveis adotados pela administração da Companhia, o montante global a ser efetivamente realizado está sujeito a variações decorrentes de circunstâncias imprevisíveis ou ainda não definitivas na data de sua fixação, tais como a variação cambial, no caso de remuneração pactuada em moeda estrangeira, e a valorização (ou desvalorização) da cotação das ações de emissão da Companhia, no caso de remuneração baseada em ações.

Para fins de esclarecimento e melhor entendimento do acima exposto, cumpre salientar que (i) os valores supramencionados são todos aplicáveis para o período entre 1º de janeiro e 31 de dezembro de cada ano, e não para o período entre as assembleias gerais ordinárias, e (ii) os montantes globais acima indicados, seja das verbas propostas ou da remuneração efetivamente realizada, não englobam os encargos sociais de ônus da Companhia¹.

A Companhia possui Conselho Fiscal de funcionamento não permanente, ou seja, tal órgão funcionará nos exercícios sociais em que for instalado a pedido de acionistas que representem o percentual mínimo de ações previsto na regulamentação aplicável. Esclarecemos que o valor proposto acima não contempla eventual remuneração de membros do Conselho Fiscal.

¹ Conforme entendimento do Colegiado da CVM, manifestado em reunião realizada em 08.12.2020 (Processo CVM nº 19957.007457/2018-1012), os encargos sociais de ônus do empregador não estão abrangidos pelo conceito de “benefício de qualquer natureza” de que trata o artigo 152 da Lei nº 6.404/76, não integrando os montantes de remuneração global ou individual sujeitos à aprovação pela assembleia geral.

Adicionalmente, em atenção ao disposto no inciso II do artigo 13 da Resolução CVM nº 81/22, apresentamos no [Anexo IV](#) da presente Proposta as informações indicadas no Item 8 do Formulário de Referência.

**PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA**

ANEXO I – Comentários dos administradores sobre a situação financeira da Companhia

2.1. Comentário dos diretores

a) Condições financeiras e patrimoniais gerais

O ano de 2024 foi caracterizado por incertezas econômicas e geopolíticas mundiais, com níveis de inflação e taxas de juros em patamares historicamente elevados.

Diante deste cenário, a produção global de veículos leves, excluindo a China, segundo a consultoria S&P Global, apresentou uma queda de 1,1% em 2024. A produção de veículos comerciais, também excluindo a China, segundo a consultoria Global Data, apresentou uma redução de 5,2% em 2024.

A receita operacional líquida apresentou um crescimento de 2,5% em 2024, atingindo R\$ 15.331,8 milhões. O EBITDA foi de R\$ 1.524,1 milhões, um crescimento de 21,6%. O resultado líquido foi um lucro de R\$ 264,7 milhões em 2024.

A alavancagem financeira, medida pela relação do endividamento líquido sobre o EBITDA dos últimos 12 meses, foi de 2,39x em 2024, comparado com 2,93x em 2023.

O endividamento líquido em 2024 reduziu em 1,0% em relação a 2023 (ou R\$ 37,6 milhões). A posição de caixa ao final de 2024 foi de R\$ 2.463,5 milhões comparado com R\$ 2.962,4 milhões ao final de 2024. Adicionalmente, a Companhia possui linhas de créditos não sacada de R\$ 760,0 milhões.

Abaixo são apresentados indicadores de liquidez.

Índice de liquidez corrente:

Descrição ⁽¹⁾	Exercício	
	2024	2023
Ativo Circulante	7.390.947	7.514.152
Passivo Circulante	4.306.159	4.617.386
Liquidez Corrente	1,72	1,63

(1) Valores em R\$ mil

O índice de liquidez corrente da Companhia foi calculado através da divisão matemática do ativo circulante pelo passivo circulante.

A melhora do índice de liquidez está principalmente relacionada à redução do passivo circulante, reflexo dos esforços de alongamento de prazo de dívidas em 2024, por meio de novas emissões.

Índice de liquidez seca:

Descrição ⁽¹⁾	Exercício	
	2024	2023
Ativo Circulante	7.390.947	7.514.152
(-) Estoques	2.458.784	2.320.305
Ativo Circulante – Estoques	4.932.163	5.193.847
Passivo Circulante	4.306.159	4.617.386
Liquidez Seca	1,15	1,12

(1) Valores em R\$ mil

O índice de liquidez seca difere-se do índice de liquidez corrente por conta da exclusão dos estoques em relação ao cálculo anterior, por ele não apresentar liquidez compatível com as demais contas do ativo circulante. Esse índice será inevitavelmente menor do que o índice de liquidez corrente.

O índice de liquidez seca em 2024 apresentou um crescimento em comparação a 2023. Esse aumento é explicado principalmente pela redução do passivo circulante.

Índice de liquidez imediata:

Descrição ⁽¹⁾	2024	2023
Caixa e Equivalentes de Caixa	2.463.475	2.962.366
Passivo Circulante	4.306.159	4.617.386
Liquidez Imediata	0,57	0,64

(1) Valores em R\$ mil

O índice de liquidez imediata é calculado através da divisão matemática do saldo de caixa e equivalentes de caixa pelo total do passivo circulante. A redução do índice observada em 2024 deve-se à diminuição da posição de caixa, que foi maior do que a redução do passivo circulante.

Vale ressaltar que, para uma análise correta da liquidez da Companhia, não é aconselhável o estudo deste índice de forma isolada, mas sim à luz do setor em que a Companhia opera. Esses indicadores de liquidez não são medidas contábeis definidas pelas normas IFRS e práticas contábeis brasileiras, e a Companhia não os utiliza na sua gestão.

b) Estrutura de capital

As tabelas abaixo contêm a estrutura de capital da Companhia e demonstram a participação de capital de terceiros para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2024 e 2023 considerando: (i) o patrimônio líquido como capital próprio; (ii) a soma do passivo circulante com o passivo não circulante como capital de terceiros; e (iii) a divisão do item “(ii)” pelo item “(i)” acima como a participação de capital de terceiros.

Descrição ⁽¹⁾	Exercício	
	2024	2023
Passivo Circulante	4.306.159	4.617.386
Passivo Não Circulante	6.584.230	5.831.701
Total do Passivo	10.890.389	10.449.087
Patrimônio Líquido	5.070.982	4.085.029
Participação de Capital de Terceiros	2,15	2,56
Participação de Capital de Terceiros (%)	68,2%	71,9%
Participação de Capital Próprio (%)	31,8%	28,1%

(1) Valores em R\$ mil

Ressaltamos que a variação constatada no patrimônio líquido no último ano está relacionada à variação cambial dos investimentos no exterior.

c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

A prática de captação de recursos e gestão de caixa é focada no balanceamento entre os recursos disponíveis em caixa, somados à geração de caixa operacional, aos recursos provenientes da contratação de financiamentos e a capacidade da Companhia em honrar com as obrigações contratadas, em diferentes cenários previstos de mercado.

Dessa forma, é possível manter o equilíbrio econômico-financeiro da Companhia e continuar investindo em seus projetos de crescimento.

A posição de caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro de 2024 foi de R\$ 2.463,5 milhões. O endividamento bruto consolidado em 31 de dezembro de 2024 atingiu R\$ 6.388,8 milhões, estando R\$ 614,7 milhões (9,6%) registrados no passivo circulante e R\$ 5.774,1 milhões (90,4%) no passivo não circulante.

A liquidez total (considerando as linhas de crédito rotativo) sobre a dívida de curto prazo foi de 4,90 vezes ao final de 2024, uma melhora em relação ao índice de 2,78 vezes ao final de 2023.

A melhora desse índice ocorreu pela redução do saldo de empréstimos no curto prazo devido ao reperfilamento e amortização de empréstimos.

d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes utilizadas

Quando necessário, a Companhia capta recursos no mercado para o financiamento de capital de giro e para seus investimentos de curto e longo prazos. Os financiamentos e empréstimos estão detalhados no item 2.1 “f.” abaixo.

e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

As principais fontes de recursos da Companhia são o caixa gerado pelas suas atividades operacionais e os empréstimos e financiamentos disponíveis no mercado. Para a necessidade imediata de capital de giro, os Diretores entendem que os financiamentos existentes e a disponibilidade de caixa da Companhia são suficientes e, quando necessário, a Companhia buscará recursos de médio e longo prazo disponíveis no mercado, tais como as linhas de crédito que tem disponíveis, seja dos bancos de varejo como dos bancos de fomento, ou poderá emitir valores mobiliários conforme as condições do mercado de capitais no Brasil e no exterior.

f) Níveis de endividamento e as características de tais dívidas:

O quadro abaixo apresenta o montante total da dívida consolidada da Companhia de qualquer natureza, que é igual à somatória do total do passivo circulante e do total do passivo não circulante, em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (em reais):

Descrição ⁽¹⁾	2024	2023
Total do Passivo Circulante	4.306.159	4.617.386
Total do Passivo Não Circulante	6.584.230	5.831.701
Montante Total da Dívida de qualquer natureza	10.890.389	10.449.087

(1) Valores em R\$ mil

Com base nas suas estratégias e no plano de negócios, a Companhia entende que possui uma adequada estrutura de endividamento, devidamente segregada entre curto e longo prazos, para a realização de suas atividades operacionais de curto prazo, bem como para atendimento do plano de investimentos da Companhia. Os Diretores da Companhia acreditam que a Companhia tem plena capacidade para obter crédito com terceiros em condições de mercado.

(i) Contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Abaixo, seguem todos os financiamentos e empréstimos consolidados da Companhia, agrupados por modalidade, em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (em milhares de reais):

	Indexador	Taxa anual de juros %	Última data de vencimento	Em 31 de dezembro	
				2024	2023
Moeda nacional					
Cédula de Crédito Bancário – CCB	CDI +	2,10	Fevereiro de 2024	-	100.260
Cédula de Crédito Bancário – CCB longo prazo (BDMG)	Selic +	3,00	Dezembro de 2027	-	59.775
FINAME	Selic +	3,04	Maio de 2028	291.753	328.935
Nota de Crédito à Exportação – NCE	CDI +	1,99	Abril de 2025	103.274	555.693
Nota de Crédito à Exportação – NCE (swap)	CDI +	2,25	Março de 2024	-	226.774
Operações com Forfait	-	11,43	Janeiro de 2025	118.024	298.156
Subtotal moeda nacional				513.051	1.569.593
Moeda estrangeira					
Cédula de Crédito Bancário - EXIM - Dólar	-	5,46	Junho de 2029	668.288	387.229
Empréstimo Longo Prazo - Rúpia	1y MCLR +	0,40	Janeiro de 2026	4.053	18.041
Empréstimo Longo Prazo - Rúpia	1m MCLR +	0,40	Fevereiro de 2029	24.444	11.750
Empréstimo Longo Prazo - Rúpia	3m T Bill +	0,40	Fevereiro de 2025	181	728
Empréstimo longo prazo - Rúpia	3m T Bill +	0,60	Abril de 2028	47.034	46.568
Sustainability-linked Notes Units - dólar norte-americano	-	5,00	Maio de 2028	369.270	287.531
Sustainability-linked Notes Units – Euro	-	3,50	Maio de 2028	2.093.666	1.629.740
Empréstimo Sindicalizado – Euro	Euribor 3m +	3,00	Novembro de 2026	-	641.581
Capital de Giro - Dólar	-	6,65	Abril de 2024	-	63.832
Capital de Giro - Dólar	SOFR 3m +	2,13	Junho de 2026	105.554	84.186
Capital de Giro - Dólar	SOFR 6m +	2,89	Setembro de 2025	126.454	99.048
Operações com Forfait - Dólar	-	8,36	Maio de 2024	-	68.742
Capital de Giro - Euro	-	2,28	Janeiro de 2027	13.525	29.427
Capital de Giro - Euro	Euribor 3m +	2,10	Junho de 2026	83.747	65.014
Capital de Giro - Euro	Euribor 1y +	2,20	Junho de 2025	-	110.703
Capital de Giro - Rúpia	-	8,81	Dezembro de 2025	28.316	23.393
Capital de Giro - Rúpia	-	8,60	Setembro de 2025	35.988	9.032
Capital de Giro - Rúpia	1m MCLR +	0,50	Fevereiro de 2025	23.988	47.766
Capital de Giro - Baht	-	4,24	Agosto de 2025	-	81.166
Subtotal moeda estrangeira				3.624.508	3.705.477
Total empréstimos e financiamentos				4.137.559	5.275.070
Debêntures					
Debêntures - ICVM nr. 476	CDI +	2,00	Abril de 2025	-	357.788
Debêntures - ICVM nr. 476	CDI +	2,60	Abril de 2027	-	409.085
Debêntures - RES. CVM nr. 160	CDI +	2,00	Setembro de 2028	718.031	723.590
Debêntures - RES. CVM nr. 160	CDI +	1,60	Abril de 2030	768.276	-
Debêntures - RES. CVM nr. 160	CDI +	1,35	Outubro de 2028	764.893	-
Total debêntures				2.251.200	1.490.463
Total empréstimos, financiamentos e debêntures				6.388.759	6.765.533
Passivo circulante				626.440	1.641.801
Custos a amortizar				(11.731)	(10.202)
Total				614.709	1.631.599
Passivo não circulante				5.803.625	5.167.527
Custos a amortizar				(29.575)	(33.593)
Total				5.774.050	5.133.934

Notes Units – USD e Euro

Em 07 de maio de 2021, foram emitidos títulos representativos de dívida no exterior, vinculados a metas de sustentabilidade (“Sustainability-Linked Notes Units”), no montante de principal agregado de US\$ 400,0 milhões, sendo US\$ 340,0 milhões em *Senior Notes* emitidas pela controlada Iochpe-Maxion Austria GmbH e US\$ 60,0 milhões em *Senior Notes* emitidas pela controlada Maxion Wheels de Mexico, S. R.L. de C.V.. As *Notes Units* foram emitidas com

desconto de 1,45% sobre seu valor de face e possuem vencimento em 07 de maio de 2028, com juros fixos de 5% a.a., remunerados semestralmente e denominados em US\$. As *Sustainability-Linked Notes Units* são garantidas, incondicional e irrevogavelmente, pela Companhia. Como medida de proteção de risco cambial, a subsidiária Iochpe-Maxion Austria GmbH, a qual possui moeda funcional em Euro, contratou operação de derivativo denominada *cross currency swap* (*swap*), usando os mesmos termos críticos das *Senior Notes*, por meio do qual os recursos da exposição em dólar foram trocados por exposição em Euro e taxa de juros de 5% a.a. para 3,49% a.a.

Debêntures

Em 31 de dezembro de 2024, as debêntures emitidas pela Companhia eram: (i) décima segunda emissão pública de debêntures simples não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única; (ii) décima terceira emissão pública de debêntures simples não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única; e (iii) décima quarta emissão pública de debêntures simples não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única. As debêntures foram subscritas pelo valor nominal unitário, integralizadas em moeda nacional, à vista, no ato da subscrição, tendo amortização de juros semestral. Os detalhes são como segue:

Debêntures	Categoria	Principal na data de emissão ¹	Data de emissão	Vencimento final	Encargos financeiros	Principal em 31/12/24 ¹
12ª emissão ²	Simples	700.000	15/09/2023	15/09/2028	100% CDI + 2,00% a.a.	700.000
13ª emissão	Simples	750.000	02/04/2024	02/04/2030	100% CDI + 1,60% a.a.	750.000
14ª emissão	Simples	750.000	10/10/2024	10/10/2028	100% CDI + 1,35% a.a.	750.000

¹ Valores em milhares de reais

² Totalmente resgatada em fevereiro/2025.

Conforme mencionado no item 2.6 abaixo deste Anexo, em fevereiro de 2025, a Companhia realizou (i) a 15ª emissão de 500.000 debêntures simples, perfazendo o valor total de R\$ 500 milhões, com prazo de 5 anos, fazendo jus ao pagamento de juros remuneratórios semestrais equivalentes a 100% CDI + 1,55% ao ano; e (ii) o resgate antecipado da totalidade das debêntures da sua 12ª emissão. O resgate ocorreu mediante o pagamento do valor nominal unitário das debêntures, acrescido de sua remuneração, calculada *pro rata temporis*, desde a data de pagamento da remuneração imediatamente anterior até a data do efetivo pagamento, acrescido de prêmio previsto e calculado nos termos da respectiva escritura de emissão.

Nota de Crédito à Exportação – Reais

Em 2023, a Companhia liquidou R\$ 335,0 milhões de Nota de Crédito à Exportação e captou R\$ 450,0 milhões com os bancos ABC Brasil, Bradesco, Banco do Brasil, Santander e Votorantim. Em 2024, a Companhia liquidou R\$ 450,0 milhões de Nota de Crédito à Exportação. Em 31 de dezembro de 2024, o saldo destes empréstimos era de R\$103,3 milhões.

Nota de Crédito à Exportação – Swap

Em março de 2022, a Companhia firmou dois contratos de Notas de Crédito à Exportação (NCE) denominados em dólar norte-americano no valor total de US\$ 45,0 milhões (equivalentes a R\$ 214,4 milhões), sendo um a taxa de juros fixa de 4,95% a.a. e o outro indexado a SOFR + 1,76% a.a., ambos com vencimento para março de 2024. Entre janeiro e março de 2024, estes empréstimos foram liquidados.

Capital de Giro – Reais

Do saldo principal remanescente em 2021, R\$ 117,0 milhões foi liquidado em maio de 2022 e o saldo principal de R\$ 100,0 milhões em fevereiro de 2022 foi renovado com vencimento para fevereiro de 2024. No vencimento, este empréstimo foi liquidado.

Operações com *Forfait* – Reais

Foram contratadas operações com *forfait*, a fim de postergar os prazos de vencimento para pagamentos a fornecedores. Essas operações possuem prazo de vencimento para janeiro de 2025.

Empréstimo de Longo Prazo – USD

Em setembro de 2017, a controlada indireta Ingeniería y Maquinaria de Guadalupe, S.A. de C.V. contratou financiamento de longo prazo com o Itaú BBA International PLC, no valor de principal de USD 90,9 milhões, com vencimento final em setembro de 2022, cujos recursos foram destinados para pré-pagar o saldo remanescente do financiamento originalmente contratado em 2012, no montante de principal de US\$ 200,0 milhões, pela Maxon Componentes Estructurales de México, S.A. de C.V. (sucrida pela Ingeniería y Maquinaria de Guadalupe, S.A. de C.V.). Em novembro de 2019, o saldo remanescente de principal, então no montante de US\$ 61,0 milhões, foi refinanciado com o objetivo de alongar o prazo e reduzir a taxa de juros, passando seu vencimento final para novembro de 2024 e sua taxa de juros para 2,20% a.a. + Libor (de 6 meses).

Em 17 de agosto de 2022, devido à previsão da extinção da LIBOR 6M, prevista para ocorrer em 30 de junho de 2023, a Companhia aditou o referido contrato, por meio do qual, a partir de 29 de novembro de 2022, o índice Libor 6M + 2,20% a.a. foi substituído pela SOFR 6M + 2,61% a.a., taxas estas que eram equivalentes na data do aditamento. Ainda, foi extinta a garantia sobre as ações representativas do capital social da devedora Ingeniería y Maquinaria de Guadalupe, S.A. de C.V., bem como foi retirada a obrigação da Companhia de manter um determinado índice financeiro previsto no contrato, cuja última medição ocorreu em 30 de junho de 2022.

Em 29 de setembro de 2023, o saldo remanescente de US\$ 18,3 milhões foi liquidado com recursos da 12ª emissão de debêntures.

Capital De Giro – Euro

Certas controladas da Companhia são partes em contratos de financiamento em Euros, para fins de capital de giro, cujos valores em aberto, taxas de juros e vencimentos finais se encontram indicados na tabela acima.

Em dezembro de 2021, a controlada Iochpe-Maxion Austria GmbH contratou uma linha de crédito no montante de € 20,0 milhões, na qual foi sacada integralmente em fevereiro de 2022 com vencimento para fevereiro de 2023. Em 9 de agosto de 2022, o vencimento dessa referida linha de crédito foi prorrogado para agosto de 2024. Em 22 de setembro de 2022, o vencimento dessa referida linha de crédito foi novamente prorrogado para setembro de 2024. E, em 12 de junho de 2023, foi novamente prorrogado para junho de 2025. Em junho de 2024, esta linha de crédito foi liquidada. Tal financiamento contava com garantia fidejussória da Companhia.

Em fevereiro de 2022, a controlada Iochpe-Maxion Austria GmbH contratou uma linha de crédito compromissada no montante de € 25,0 milhões com vencimento para abril de 2023. Em 30 de setembro de 2022, o vencimento dessa referida linha de crédito foi prorrogado para junho de 2025. Em junho de 2024 foi novamente prorrogado para junho de 2026. Tal financiamento conta com garantia fidejussória da Companhia. Em 31 de dezembro de 2024, o valor sacado desta linha é de € 13,0 milhões, equivalentes a R\$ 83,7 milhões.

Capital de Giro – Dólar

Certas controladas da Companhia são partes em contratos de financiamento em dólares, para fins de capital de giro, cujos valores em aberto, taxas de juros e vencimentos finais se encontram indicados na tabela acima.

Esses contratos de financiamento somam US\$ 37,0 milhões e foram celebrados com a Maxion Wheels de México, S. de R.L. de C.V e Ingeniería y Maquinaria de Guadalupe, S.A. de C.V., nos montantes de US\$ 17,0 milhões e US\$ 20,0 milhões respectivamente. Em 31 de dezembro de

2024, o saldo destes empréstimos era de R\$ 232,0 milhões. Tais financiamentos contam com garantia fidejussória da Companhia.

Empréstimo Sindicalizado – EUR

Em novembro de 2022, a controlada Iochpe-Maxion Austria GmbH contratou empréstimo sindicalizado no valor nominal de € 120,0 milhões, com dois anos de carência, com vencimento em três parcelas anuais, sendo o vencimento da última parcela em novembro de 2026. Esses recursos foram trazidos para o Brasil através de redução de capital e utilizados para liquidar dívidas de curto prazo em Reais. Tal empréstimo é garantido, incondicional e irrevogavelmente, pela Companhia.

Em maio de 2024, a primeira parcela deste empréstimo, com vencimento para novembro de 2024, teve seu pagamento antecipado. Em outubro de 2024, o saldo remanescente deste empréstimo foi liquidado com recursos da 14ª emissão de debêntures da Companhia.

Empréstimo de Longo Prazo e Capital de Giro – INR

A controlada indireta Maxion Wheels Aluminum India Pvt. Ltd. contratou empréstimos de longo prazo e capital de giro em rúpia destinados ao financiamento da planta de rodas de alumínio na Índia, iniciada em 2018. Estes contratos somam INR 728 milhões. O saldo em 31 de dezembro de 2024 é de R\$ 52,7 milhões.

Em complemento a este financiamento, entre abril e junho de 2022, a controlada indireta Maxion Wheels Aluminum India Pvt. Ltd. contratou empréstimo de longo prazo em rúpia no valor de INR 800 milhões com taxa de 3M T BILL (*“3 Month Treasury Bill Rate”*) + 0,60% a.a. O saldo deste empréstimo em 31 de dezembro de 2024 é de R\$ 47,0 milhões.

Capital de Giro – INR

As controladas indiretas Kalyani Maxion Wheels Private Limited e Maxion Wheels Aluminum India Pvt. Ltd. possuem contratos de empréstimos para necessidade de capital de giro. Estes contratos somam INR 889 milhões, equivalentes a R\$ 64,3 milhões em 31 de dezembro de 2024.

FINAME

Em 10 de fevereiro de 2021, a Companhia emitiu cédula de crédito bancário – CCB, com garantia real, no valor de R\$ 245,0 milhões, perante a Agência Especial de Financiamento Industrial S.A. – FINAME. Esta linha de crédito possui 7 anos para pagamento e 2 anos de carência. Esta linha de crédito foi integralmente sacada entre abril e maio de 2021.

Empréstimo de Longo Prazo – BDMG

Em dezembro de 2020, a Companhia emitiu cédula de crédito bancário – CCB, com garantia real, no valor de R\$ 75,0 milhões, em favor do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais – BDMG. Essa linha de crédito possui 7 anos para pagamento e 2 anos de carência. Em abril de 2021, essa linha de crédito foi integralmente sacada. Em novembro de 2024, o saldo de principal remanescente de R\$ 47,5 milhões foi liquidado.

EXIM BNDES – Dólar

Em 14 de dezembro de 2023, a Companhia emitiu cédula de crédito bancário - CCB, com garantia real, no valor de R\$ 396,6 milhões equivalentes a US\$ 80 milhões, perante o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES. Esta linha de crédito tem vencimento para 15 de dezembro de 2028. Esta linha de crédito foi integralmente sacada em 22 de dezembro de 2023.

Em 14 de junho de 2024, a Companhia emitiu cédula de crédito bancário - CCB, com garantia real, no valor de R\$ 150,0 milhões equivalentes a US\$ 27,8 milhões, perante o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES. Esta linha de crédito tem vencimento para 15 de junho de 2029. Esta linha de crédito foi integralmente sacada em 27 de junho de 2024.

Em 31 de dezembro de 2024, o saldo destes empréstimos era de R\$668,3 milhões.

Capital de Giro – Baht

A controlada Maxon Wheels (Thailand) Co. Ltd. possuía contratos de empréstimos de capital de giro. Estes contratos somavam THB 575,6 milhões, equivalentes a R\$81,2 milhões em 31 de dezembro de 2023. Em outubro de 2024, estes contratos de empréstimos foram liquidados.

(ii) Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Além das operações de financiamento indicadas na tabela acima, a Companhia não manteve quaisquer outras relações de longo prazo com instituições financeiras no último exercício social.

Sem prejuízo do acima disposto, a Companhia informa que, em agosto de 2024, celebrou também contrato de financiamento mediante abertura de crédito, com garantia real, no montante de principal de R\$ 210,0 milhões, perante a Agência Especial de Financiamento Industrial S.A. - FINAME. Essa linha de crédito não foi sacada até a presente data.

(iii) Grau de subordinação entre as dívidas

Em 31 de dezembro de 2024, o montante total da dívida de qualquer natureza (definida como o total do passivo circulante somado ao total do passivo não circulante consolidado da Companhia) não é contratualmente subordinado, ressalvada a subordinação decorrente das garantias reais prestadas no âmbito dos empréstimos de longo prazo contratados perante a FINAME em 2021 e o BNDES em 2023 e 2024, mencionados no item 2.1 “f.(i)” acima.

(iv) Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições

A Companhia realizou emissões públicas de debêntures, que se encontram em circulação. Essas operações contêm condições usuais de mercado e, portanto, possuem cláusulas de vencimento antecipado na hipótese de ocorrência de determinados eventos, tais como: (a) inadimplemento de obrigações da Companhia; (b) perda de licenças ou autorizações relevantes para as atividades da Companhia; (c) pedido de falência ou recuperação judicial da Companhia; (d) limite de venda de ativos; (e) distribuição de dividendos superiores ao dividendo obrigatório nos termos da legislação societária aplicável, em caso de inadimplemento da Companhia; e (f) restrição à aquisição do controle da Companhia por terceiros.

A décima terceira emissão pública de debêntures da Companhia contém a obrigação de a Companhia não incorrer em novas dívidas (com exceção de Dívidas Permitidas, conforme definido na escritura de emissão), ou realizar distribuição de dividendos (com exceção dos dividendos obrigatórios nos termos da legislação societária aplicável) caso, na data do evento em questão, após considerar o seu efeito *pro forma*, o índice financeiro resultante da divisão da dívida líquida na referida data de apuração pelo EBITDA ajustado referente ao Período de Referência (conforme definido na escritura de emissão) for superior a 3,50 vezes. A respectiva escritura de emissão encontra-se disponível na página da Companhia (www.iochpe.com.br) e da CVM (www.gov.br/cvm) na rede mundial de computadores.

Os empréstimos de longo prazo perante a FINAME contratados em 2021 e 2024 e BNDES contratados em 2023 e 2024 também contêm restrições à Companhia, usuais a esse tipo de operação, dentre elas: (i) restrição a concessão de preferência a outros créditos, amortização de ações, emissão de debêntures e partes beneficiárias e assunção de novas dívidas, ressalvadas algumas exceções previstas nos referidos instrumentos, incluindo, mas não limitado a, emissões de debêntures e partes beneficiárias e a assunção de novas dívidas para atender aos negócios de gestão ordinária da Companhia; (ii) restrição a alienação e oneração de bens do ativo não circulante da Companhia, ressalvadas algumas exceções previstas nos referidos instrumentos; (iii) obrigação de manter o índice de endividamento financeiro resultante da divisão da dívida

líquida pelo EBITDA ajustado da Companhia igual ou inferior a 3,50 vezes, a ser apurado anualmente até o fim da vigência dos contratos, ou alternativamente, na hipótese de não atingimento do referido índice de endividamento financeiro, constituir no prazo de 60 dias, contado da data de comunicação, por escrito, à FINAME ou ao BNDES (conforme o caso), fiança a ser formalizada mediante cartas de fiança, prestadas por instituições financeiras, conforme detalhado nos referidos empréstimos de longo prazo; (iv) restrição a realização de fusão, cisão ou incorporação, inclusive incorporação de ações (na qualidade de incorporadora ou incorporada, exceto no caso de a Companhia incorporar suas controladas), outra forma de reorganização societária envolvendo a Companhia, que implique em alteração do controle, direto ou indireto; e (v) em relação aos contratos com a FINAME contratados em 2021 e 2024, restrição à alteração no controle, direto ou indireto da Companhia, sem a prévia anuência da FINAME, e, em relação ao contrato de 2021, restrição, ainda, a dissolução, transformação, redução do capital social da Companhia (exceto para absorção de prejuízos), sem a prévia anuência da FINAME. O índice financeiro apurado em 31 de dezembro de 2024, calculado nos termos dos referidos contratos, foi de 2,37 vezes.

As *Sustainability-Linked Notes Units* emitidas pela Companhia possuem cláusulas restritivas à realização de certas operações até sua efetiva liquidação, especialmente quando a relação entre a dívida líquida ajustada (conforme definida no respectivo instrumento) e o EBITDA ajustado (conforme definido no respectivo instrumento) dos últimos doze meses for maior ou igual a 3,50 vezes.

Outros contratos de financiamento da Companhia contêm cláusulas de *covenants* não financeiros, incluindo, mas não se limitando a: limite de venda de ativos, restrição à aquisição do controle da Companhia por terceiros e restrição a determinadas reorganizações societárias.

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia encontrava-se adimplente com todas as referidas condições e restrições.

Por fim, estão descritos abaixo os empréstimos e financiamentos relevantes ao término do exercício social de 2024 (assim entendidos aqueles que individualmente representam mais de 10% do endividamento bruto total) que possuem cláusula de vencimento antecipado cruzado:

- 3 instrumentos de debêntures, totalizando R\$ 2.251,2 milhões no balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2024; e
- 1 instrumento de *Sustainability-Linked Notes Units*, totalizando R\$ 2.462,9 milhões no balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2024.

A relação acima representa aproximadamente 73,8% do endividamento bruto da Companhia reportado em 31 de dezembro de 2024. Tais instrumentos possuem cláusulas restritivas conforme mencionado anteriormente.

g) Limites dos financiamentos contratados e percentuais utilizados

Em 31 de dezembro de 2024, as linhas de crédito rotativo (“*Revolver Credit Facility*”) contratadas entre maio e junho de 2024, no valor de R\$ 550 milhões, com vencimento em três anos, e, a linha de crédito no montante de principal de R\$ 210,0 milhões, perante a Agência Especial de Financiamento Industrial S.A. - FINAME estão 100% disponíveis para saque. Quanto aos demais financiamentos contratados até 31 de dezembro de 2024, estes encontram-se 100% utilizados.

h) Alterações significativas em itens das demonstrações de resultado e de fluxo de caixa

A tabela abaixo apresenta as principais linhas referentes às demonstrações dos resultados consolidadas da Companhia referentes aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

	Consolidado				
	2024	<i>Análise vertical</i>	2023	<i>Análise vertical</i>	<i>Variação 2024/2023</i>
Receita Líquida de Vendas	15.331.813	100,0%	14.955.220	100,0%	2,5%
Custo dos Produtos Vendidos e dos Serviços Prestados	(13.510.380)	-88,1%	(13.446.975)	-89,9%	0,5%
Lucro Bruto	1.821.433	11,9%	1.508.245	10,1%	20,8%
Receitas (Despesas) Operacionais					
Com vendas	(76.150)	-0,5%	(81.674)	-0,5%	-6,8%
Gerais e administrativas	(698.533)	-4,6%	(658.158)	-4,4%	6,1%
Honorários da administração	(23.852)	-0,2%	(17.747)	-0,1%	34,4%
Resultado de equivalência patrimonial	22.269	0,1%	14.373	0,1%	54,9%
Outras receitas operacionais, líquidas	(24.131)	-0,2%	17.537	0,1%	-237,6%
Lucro Operacional antes das Receitas e Despesas Financeiras	1.021.036	6,7%	782.576	5,2%	30,5%
Receitas financeiras	220.456	1,4%	216.151	1,4%	2,0%
Despesas financeiras	(641.289)	-4,2%	(702.359)	-4,7%	-8,7%
Variação cambial, líquida	(14.740)	-0,1%	(31.668)	-0,2%	-53,5%
Lucro antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	585.463	3,8%	264.700	1,8%	121,2%
Imposto de Renda e Contribuição Social					
Correntes	202.379	1,3%	(138.123)	-0,9%	-246,5%
Diferidos	(3.000)	0,0%	(20.686)	-0,1%	-85,5%
Lucro Líquido do Exercício	380.084	2,5%	105.891	0,7%	258,9%
Atribuível aos:					
Acionistas controladores	264.719	1,7%	30.733	0,2%	761,4%
Acionistas não controladores	115.365	0,8%	75.158	0,5%	53,5%

Receita Líquida de Vendas

A receita operacional líquida consolidada alcançou R\$ 15.331,8 milhões em 2024, um aumento de 2,5% em relação a 2023. O aumento da receita foi impulsionado principalmente pelo crescimento dos volumes no Brasil, refletindo a recuperação do mercado de veículos comerciais, por conta da alteração da regra de emissões no ano anterior. Por outro lado, a Europa, Tailândia e África do Sul enfrentaram desafios econômicos, que impactaram negativamente a demanda e, consequentemente, a receita líquida nessas regiões. Além disso a variação cambial gerou um impacto positivo de R\$ 744,8 milhões em 2024.

Custos dos Produtos Vendidos

O custo dos produtos vendidos atingiu R\$ 13.510,4 milhões em 2024, um aumento de 0,5% em relação a 2023. O crescimento dos custos no período foi principalmente impulsionado pela variação cambial do período.

Lucro Bruto

Lucro bruto de R\$ 1.821,4 milhões em 2024, um crescimento de 20,8% comparado a 2023. Esse crescimento foi impulsionado pela estabilização do custo dos produtos vendidos, pela melhoria na precificação, em resposta à inflação dos últimos períodos, e pelo mix de produtos mais favorável, impactado pelo aumento da produção de veículos comerciais no Brasil.

Outras receitas (Despesas) Operacionais

Resultado negativo de R\$ 24,1 milhões em 2024, representando uma queda em relação ao valor positivo de R\$ 17,5 milhões em 2023. Os principais itens não recorrentes dessa linha do resultado em todo o ano de 2024 foram: (i) ganho com reembolso de seguros no valor de R\$ 3,6 milhões, (ii) despesa de R\$ 18,8 milhões referente à valorização da opção de compra de participação acionária de uma controlada, e (iii) gastos com reestruturação no valor de R\$ 20,2 milhões.

Resultado Financeiro

O resultado financeiro foi negativo em R\$ 435,6 milhões em 2024, uma redução de 13,8% em relação a 2023. A melhora em 2024 foi impulsionada pela redução das despesas financeiras. A redução nas despesas com juros deu-se em função da queda da taxa média do CDI e da redução da dívida bruta consolidada.

Resultado Líquido do Exercício

O resultado líquido consolidado da Companhia, ao final do exercício social findo em 31 de dezembro de 2024, foi um lucro de R\$ 380,1 milhões (sendo R\$ 264,7 milhões atribuível aos acionistas controladores e R\$ 115,4 milhões aos acionistas não controladores), um aumento de 258,9% em relação ao lucro líquido consolidado da Companhia de R\$ 105,9 milhões (sendo R\$ 30,7 milhões atribuível aos acionistas controladores e R\$ 75,2 milhões aos acionistas não controladores) em 2023.

A melhora do resultado líquido atribuído aos acionistas controladores deve-se à melhora na precificação, em resposta à inflação dos últimos períodos, e pelo mix de produtos mais favorável, impactado pelo aumento da produção de veículos comerciais no Brasil. Vale ressaltar que o resultado líquido foi impactado negativamente pela constituição de uma provisão de imposto de renda diferido (não caixa) relacionada à variação cambial das moedas locais das subsidiárias da Companhia no México, na República Tcheca e na Turquia em comparação com suas moedas funcionais no valor de R\$ 2,2 milhões no 4T24 e R\$ 75,2 milhões em 2024, e pelos itens não recorrentes mencionados em outras receitas (despesas) operacionais.

A tabela abaixo apresenta as principais linhas referentes ao fluxo de caixa consolidado da Companhia referentes aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

	Consolidado		Var.
	2024	2023	
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro líquido do período	380.084	105.891	258,9%
Ajustes para conciliar o lucro líquido do exercício com o caixa gerado pelas atividades operacionais:			
Depreciação e amortização	503.035	470.287	7,0%
Imposto de renda e contribuição social	205.379	158.809	29,3%
Custo residual de bens do ativo imobilizado, intangível e direito de uso baixados	28.387	18.742	51,5%
Resultado de equivalência patrimonial	(22.269)	(14.374)	54,9%
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas, líquida de reversões e atualizações	(5.094)	10.131	-150,3%
Atualização de depósitos judiciais	(4.563)	(4.249)	7,4%
Juros, variações monetárias e amortização de custos de empréstimos	551.550	412.700	33,6%
Juros sobre passivo de arrendamento	8.550	6.530	30,9%
Provisão (reversão) para perdas de crédito esperadas	(4.129)	(2.616)	57,8%
Provisão (reversão) para perdas nos estoques	(3.913)	(36.108)	-89,2%
Despesa financeira (líquida) dos planos de pensão e benefícios pós-emprego	22.791	29.731	-23,3%
Perda (ganho) na venda de imobilizado	2.996	(613)	n.m.
Exclusão do ICMS na base do PIS e Cofins	(10.888)	(33.926)	-67,9%
Perda na valorização da opção de compra de participação acionária	18.750	-	-
Valor justo sobre instrumento financeiro	(2.717)	4.236	-164,1%
Redução (aumento) no ativo:			
Contas a receber de clientes	113.649	709.781	-84,0%
Estoques	244.409	307.806	-20,6%
Outros créditos e demais contas	105.583	82.915	27,3%
Aumento (redução) no passivo:			
Fornecedores	876.885	682.242	28,5%
Obrigação de planos de pensão e benefícios pós-emprego	(9.495)	(68.634)	-86,2%
Pagamentos de riscos tributários, cíveis e trabalhistas	(11.856)	(9.765)	21,4%
Pagamentos de acordo derivado de fiscalização	-	(146.999)	-100,0%
Obrigações tributárias, trabalhistas e previdenciárias	47.150	(68.359)	-169,0%
Outras obrigações e demais contas	(233.418)	50.113	n.m.
	2.800.856	2.664.271	5,1%
Pagamento de juros sobre empréstimos e financiamentos	(354.534)	(409.923)	-13,5%
Pagamento de juros sobre debêntures	(190.499)	(184.031)	3,5%
Pagamento de juros sobre passivo de arrendamento	(8.214)	(3.165)	159,5%
Pagamentos de imposto de renda e contribuição social	(50.612)	(73.857)	-31,5%
	(603.859)	(670.976)	-10,0%
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	2.196.997	1.993.295	10,2%
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aumento de capital em coligadas	(21.546)	(24.984)	-13,8%
Dividendos recebidos de coligadas e controladas em conjunto	(10.489)	-	-
Aquisição de bens do ativo imobilizado	(588.662)	(503.175)	17,0%
Aquisição de ativos intangíveis	(2.242)	(2.013)	11,4%
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(622.939)	(530.172)	17,5%
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Captações de Debêntures	1.500.000	700.000	114,3%
Captações de empréstimos e financiamentos	695.308	2.291.506	-69,7%
Amortização de empréstimos e financiamentos - principal	(2.444.384)	(1.912.618)	27,8%
Amortização de debêntures - principal	(750.000)	(800.000)	-6,3%
Amortização passivo de arrendamento - principal	(33.388)	(34.298)	-2,7%
Amortização (Forfait)	(1.131.876)	(746.490)	51,6%
Custo de transação	(8.885)	(1.179)	n.m.
Pagamento de dividendos propostos e adicionais	(13.135)	(105.241)	-87,5%
Dividendos pagos aos acionistas não controladores	(83.154)	(52.939)	57,1%
Aquisição de ações para manutenção em tesouraria	(6.814)	(14.091)	-51,6%
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(2.276.328)	(675.350)	237,1%
AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(702.270)	787.773	-189,1%
Variação cambial sobre o caixa e equivalentes de caixa das controladas no exterior	203.379	(112.461)	-280,8%
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	2.962.366	2.287.054	29,5%
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	2.463.475	2.962.366	-16,8%
AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(498.891)	675.312	-173,9%

Contas a receber de clientes

A redução das contas a receber, no montante de R\$ 113,6 milhões ao comparado com o mesmo período do ano anterior, é principalmente explicada pela diminuição no prazo médio de recebimento dos clientes e pelo aumento de R\$ 62,9 milhões em 2024 das cessões de recebíveis

sem direito de regresso, as quais a Companhia transferiu substancialmente os riscos e benefícios do ativo financeiro.

Estoques

A redução dos estoques no exercício findo em 2024, no montante de R\$ 244,4 milhões, é principalmente explicada pelo aumento no giro de estoque e pela estabilização do custo da matéria-prima quando comparado com o mesmo período anterior e otimização do gerenciamento.

Fornecedores

O aumento dos fornecedores no exercício social findo em 2024 representou R\$ 876,9 milhões, contra um aumento de R\$ 682,2 milhões em 2023. Esse aumento é explicado pelo alongamento nos prazos de pagamento.

Pagamentos de juros

O pagamento de juros de R\$ 553,2 milhões no exercício social findo em 2024 representou uma redução de 7,3% em relação ao valor de R\$ 597,1 milhões no exercício social findo em 2023. A diminuição dos pagamentos de juros está relacionada principalmente a reestruturação da dívida, otimização dos prazos de vencimentos e condições (*liability management*).

2.2. Comentários dos diretores

a) Resultados das operações da Companhia, em especial:

(i) Descrição de quaisquer componentes importantes da receita

Cem por cento (100%) da receita da Companhia é proveniente do segmento automotivo.

No segmento automotivo, as receitas da Companhia compreendem a fabricação e comercialização de rodas de aço e alumínio para veículos leves, rodas de aço para veículos comerciais e a fabricação de componentes estruturais para veículos leves e comerciais.

Em 2024, a receita proveniente da fabricação e comercialização de rodas atingiu R\$ 11.386,7 milhões, o que representa 74,3% da receita operacional líquida consolidada da Companhia, uma redução de 0,2% em relação ao ano anterior. Já a fabricação e comercialização de componentes estruturais atingiu R\$ 3.945,0 milhões, ou 25,7% da receita líquida consolidada, um aumento de 11,4% em relação a 2023.

A seguir são apresentadas as receitas da Companhia, por unidades de negócios, no segmento automotivo:

Receita Operacional Líquida *	2024		2023	
Rodas	11.386.748	74,3%	11.413.772	76,3%
Componentes Estruturais	3.945.065	25,7%	3.541.448	23,7%
Total	15.331.812	100,0%	14.955.220	100%

* Valores em R\$ mil

(ii) Fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

As margens operacionais da Companhia, em 2024, foram impactadas pelo crescimento da produção de veículos no Brasil, em especial de veículos comerciais, e pela queda significativa nos volumes de produção na Europa e de forma menos relevante na América do Norte. Apesar disso, cabe destacar o forte avanço da produtividade das operações da Companhia nessas regiões, mesmo diante do cenário de queda nos volumes de produção.

b) Variações relevantes das receitas atribuíveis a introdução de novos produtos e serviços, alterações de volumes e modificações de preços, taxas de câmbio e inflação

O aumento da receita deve-se a capacidade da Companhia de adaptação, melhoria da eficiência operacional com ganhos de produtividade, ajuste dos preços aos custos e lançamento eficaz

dos produtos da Companhia em novos programas de veículos ao redor do mundo. Adicionalmente, a variação cambial gerou um impacto positivo de R\$ 744,8 milhões em 2024.

c) Impactos relevantes da inflação, da variação de preço dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

Durante o ano de 2024, os preços globais das matérias-primas (alumínio e aço) apresentaram uma estabilização em comparação ao ano anterior. A melhor precificação dos produtos, com repasse dos custos inflacionários também contribuíram para um resultado melhor.

O resultado financeiro líquido foi negativo em R\$ 435,6 milhões, uma redução de 13,8% em relação a 2023. A melhora foi impulsionada pela redução das despesas financeiras no período, principalmente devido à queda nas despesas com juros.

	2024	2023
Receitas Financeiras	220.456	216.151
Despesas Financeiras	(641.289)	(702.359)
Variação Cambial Líquida	(14.740)	(31.668)
Resultado Financeiro	(435.573)	(517.876)

Valores em R\$ mil

2.3. Os diretores devem comentar:

a) Mudanças nas práticas contábeis que tenham resultado em efeitos significativos sobre as informações previstas nos campos 2.1 e 2.2

Não houve mudanças nas práticas contábeis em 2024, assim como não ocorreram mudanças pela adoção de normas novas ou revisadas nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

b) Opiniões modificadas e ênfases presentes no relatório do auditor

O relatório do auditor independente (Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.) para o exercício social findo em 31 de dezembro de 2024 foi emitido sem ressalvas e contém um parágrafo de opinião mencionando que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2024, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

2.4. Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:

a) Introdução ou alienação de segmento operacional

Os Diretores informam que não houve introdução ou alienação de segmento operacional.

b) Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Os Diretores informam que não houve constituição ou alienação de participação societária.

c) Eventos ou operações não usuais

Os Diretores informam que não houve evento ou operação não usual que tenha causado ou venha a ocasionar efeitos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia.

2.5. Caso o emissor tenha divulgado, no decorrer do último exercício social, ou deseje divulgar neste formulário medições não contábeis, como Lajida (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) ou Lajir (lucro antes de juros e imposto de renda), o emissor deve:

a) Informar o valor das medições não contábeis

Medições não contábeis

EBITDA

O EBITDA corresponde ao lucro líquido do período e/ou exercício ajustado pelas receitas e despesas financeiras, imposto de renda e contribuição social e as despesas de depreciação e amortização. O EBITDA não é uma medida de desempenho financeiro segundo as práticas contábeis adotadas no Brasil/IFRS, tampouco deve ser considerado isoladamente, ou como uma alternativa ao lucro líquido (prejuízo), como medida de desempenho operacional da Companhia ou alternativa aos fluxos de caixa ou como medida de liquidez.

O EBITDA apresenta limitações que prejudicam a sua utilização como medida da lucratividade em razão de não considerar determinados custos decorrentes dos negócios, que poderiam afetar, de maneira significativa, os lucros da Companhia, tais como despesas financeiras, tributos e depreciação.

O EBITDA da Companhia apurado nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023 totalizou os montantes de R\$ 1.524,1 milhões e R\$ 1.252,8 milhões, respectivamente. O EBITDA em relação às receitas líquidas foi de 9,9% e 8,4%, respectivamente.

A Companhia calcula o EBITDA conforme a Resolução CVM nº 156 de 23 de junho de 2022.

Índice Endividamento Bancário Líquido / EBITDA

O índice Endividamento Bancário Líquido / EBITDA é calculado pela divisão entre (A) a soma dos saldos dos empréstimos, financiamentos, debêntures e instrumentos financeiros passivos do circulante e não circulante contraídos pela Companhia e suas controladas, subtraído do saldo de caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e instrumentos financeiros do ativo, e (B) o valor do EBITDA dos últimos 12 meses, divulgado pela Companhia conforme a Resolução CVM nº 156 de 23 de junho de 2022.

Os índices Endividamento Bancário Líquido / EBITDA da Companhia apurados nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2024 e 2023 foram 2,39x e 2,93x, respectivamente.

b) Fazer as conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas

EBITDA

A tabela abaixo apresenta a conciliação do Lucro Líquido para o EBITDA:

Reconciliação do EBITDA – R\$ mil	2024	2023
Lucro Líquido Atribuído aos Controladores	264.719	30.733
Lucro Líquido Atribuído aos não Controladores	115.365	75.158
Imp. de Renda / Contrib. Social	205.379	158.809
Resultado Financeiro	435.573	517.876
Depreciação / Amortização	503.035	470.288
EBITDA	1.524.071	1.252.864

Índice de Endividamento

O índice de endividamento é calculado pela soma dos empréstimos, financiamentos, debêntures e instrumentos financeiros do passivo circulante e não circulante, deduzida do caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e instrumentos financeiros do ativo circulante e não circulante, dividido pelo EBITDA dos últimos 12 meses.

R\$-mil	2024	2023
Empréstimos, financiamentos e debêntures	614.709	1.631.599
Instrumentos financeiros	235	18.662
Total Passivo Circulante	614.944	1.650.261
Empréstimos, financiamentos e debêntures	5.774.050	5.133.934
Instrumentos Financeiros	-	489
Total passivo Não Circulante	5.774.050	5.134.423
Caixa e equivalente de caixa	2.463.475	2.962.366
Instrumentos Financeiros	43.488	28.277
Total Ativo Circulante	2.506.963	2.990.643
Instrumentos Financeiros	244.805	119.229
Total Ativo Não Circulante	244.805	119.229
EBITDA	1.524.071	1.252.864
Endividamento	2,39	2,93

c) Explicar o motivo pelo qual entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações

EBITDA

A Companhia considera o EBITDA, com todas as limitações anteriormente mencionadas, e em conjunto com as demais informações contábeis e financeiras disponíveis, uma medida prática para aferir seu desempenho operacional e permitir uma comparação com outras companhias.

Esta medida não contábil é utilizada pelos participantes do mercado para análises comparativas dos resultados auferidos por empresas do setor e como indicador da capacidade de geração de caixa da Companhia, ainda que, com determinadas limitações.

Índice de Endividamento

A Companhia considera o Índice Endividamento Bancário Líquido / EBITDA, em conjunto com as demais informações contábeis e financeiras disponíveis, uma medida prática para aferir seu endividamento e permitir uma comparação com outras companhias.

Esta medida não contábil é utilizada pelos participantes do mercado para análises comparativas dos resultados auferidos por empresas do setor e como indicador da capacidade de geração de caixa da Companhia, ainda que com determinadas limitações.

2.6. Identificar e comentar qualquer evento subsequente às últimas demonstrações financeiras de encerramento de exercício social que as altere substancialmente

Em janeiro de 2025, a Companhia celebrou contrato com a FINEP para financiar gastos incorridos na elaboração e execução do plano estratégico de inovação aprovado pela FINEP, no valor de R\$ 357,3 milhões, que abrange a busca de novos materiais, processos especiais aplicados a eletrificação, reciclagem e transformação digital. Os recursos serão disponibilizados em até 48 meses, o qual é o prazo de execução dos projetos e de carência para a primeira parcela de amortização do financiamento, sendo um total de 145 parcelas e juros remuneratórios TR + 2,3% a.a..

Em fevereiro de 2025, a Companhia realizou:

- (i) a 15ª emissão de 500.000 debêntures simples, perfazendo o valor total de R\$ 500 milhões, com prazo de 5 anos, fazendo jus ao pagamento de juros remuneratórios semestrais equivalentes a 100% CDI + 1,55% ao ano;
- (ii) o resgate antecipado da totalidade das debêntures da sua 12ª emissão. O resgate ocorreu mediante o pagamento do valor nominal unitário das debêntures, acrescido de sua remuneração, calculada *pro rata temporis*, desde a data de pagamento da remuneração imediatamente anterior até a data do efetivo pagamento, acrescido de prêmio previsto e calculado nos termos da respectiva escritura de emissão.

2.7. Os diretores devem comentar a destinação dos resultados sociais, indicando:

a) Regras sobre retenção de lucros

O Estatuto Social da Companhia vigente atualmente e à época da distribuição dos resultados do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, além de determinar que 5% (cinco por cento) do lucro líquido do exercício seja destinado para a constituição da Reserva Legal, que não excederá de 20% (vinte por cento) do capital social, prevê, ainda, a destinação de, no mínimo, 10% (dez por cento) e, no máximo, 58% (cinquenta e oito por cento) do lucro líquido do exercício à Reserva Estatutária de Investimento e de Capital de Giro, limitada, em conjunto com a Reserva Legal, ao valor do capital social. A referida Reserva Estatutária de Investimento e de Capital de Giro tem por finalidade assegurar investimentos produtivos (bens do ativo permanente) e acréscimo do capital de giro, até mesmo mediante amortização de dívidas da Companhia, bem como capitalização e financiamento de controladas e negócios em conjunto.

Adicionalmente, o Estatuto Social da Companhia vigente atualmente e à época da distribuição dos resultados do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 prevê que parte do lucro líquido do exercício poderá ser retido na forma prevista em orçamento de capital aprovado

pela Assembleia Geral. Atualmente, não existe orçamento de capital aprovado pela Assembleia Geral.

Os valores das retenções de lucros do último exercício social estão descritos abaixo:

R\$ mil	2024
Reserva legal	13.425
Percentuais em relação aos lucros totais declarados	5,0%
Reserva Estatutária de Investimento e de Capital de Giro	155.727
Percentuais em relação aos lucros totais declarados	58,0%

b) Regras sobre distribuição de dividendos

O Estatuto Social da Companhia vigente atualmente e à época da distribuição dos resultados do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 determina que serão distribuídos a título de dividendo obrigatório 37% do lucro líquido do exercício. O referido Estatuto Social prevê, ainda, que poderá ser distribuído como dividendo suplementar a parcela restante do lucro líquido do exercício social que não houver sido destinada à Reserva Legal, à Reserva Estatutária de Investimento e de Capital de Giro ou retida na forma prevista em orçamento de capital aprovado pela Assembleia Geral Ordinária (se houver).

Adicionalmente, o referido Estatuto Social permite ao Conselho de Administração, por proposta da Diretoria Executiva, determinar o levantamento de balanços em períodos inferiores ao período anual, podendo declarar dividendos ou juros sobre capital próprio à conta do lucro apurado nesses balanços, bem como declará-los à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou intermediário.

c) Periodicidade das distribuições de dividendos

Em Reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 26 de fevereiro de 2025, mesma data da divulgação das demonstrações financeiras, foi aprovada a proposta da Diretoria para destinação do lucro do exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a ser submetida à assembleia geral ordinária da Companhia de 2025, incluindo o dividendo obrigatório previsto no estatuto social, no montante total de R\$ 99.343.282,02, da seguinte forma:

- (i) Em 26 de junho de 2024, foi aprovada a distribuição de juros a título de remuneração sobre capital próprio (“JCP”) no valor bruto total de R\$ 19.191.097,05, que corresponde a um valor total líquido de R\$ 17.314.478,42;

- (ii) Em 25 de setembro de 2024, foi aprovada a distribuição de JCP no valor bruto total de R\$ 58.258.798,08, que corresponde a um valor total líquido de R\$ 52.880.429,93; e
- (iii) Em 26 de fevereiro de 2025, já descontado o valor líquido dos JCP anteriormente mencionados e *ad referendum* da assembleia geral ordinária, foi aprovado o pagamento aos acionistas da Companhia do valor total de R\$ 29.148.373,67, a título de dividendos referentes aos resultados do exercício social de 2024.

d) Eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou por regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais.

A Companhia celebrou contratos que estabelecem restrições à distribuição de dividendos, conforme abaixo detalhado.

A Companhia realizou emissões públicas de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, de décima terceira, décima quarta e décima quinta emissões. As escrituras de debêntures preveem como hipótese de vencimento antecipado, dentre outras, a distribuição de dividendos superiores ao dividendo obrigatório nos termos da legislação societária aplicável, em caso de inadimplemento da Companhia.

A décima terceira emissão pública de debêntures da Companhia contém, ainda, a obrigação de a Companhia não realizar distribuição de dividendos (com exceção dos dividendos obrigatórios nos termos da legislação societária aplicável) caso, na data do evento em questão, após considerar o seu efeito *pro forma*, o índice financeiro resultante da divisão da dívida líquida na referida data de apuração pelo EBITDA ajustado referente ao Período de Referência (conforme definido na escritura de emissão) for superior a 3,50 vezes.

Em relação aos títulos representativos de dívida no exterior, vinculados a metas de sustentabilidade ("*Sustainability-Linked Notes Units*"), emitidos pelas controladas da Companhia Iochpe-Maxion Áustria GmbH e Maxion Wheels de Mexico, S. de R.L. de C.V., a distribuição de dividendos superiores ao dividendo obrigatório, nos termos da legislação societária aplicável, está sujeita ao cumprimento pela Companhia do índice financeiro (resultante da divisão da dívida líquida pelo EBITDA ajustado) constante do respectivo instrumento de dívida e demais limitações nele previstas.

e) Se o emissor possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada, informar órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

A Companhia possui uma política de destinação de resultados, a qual foi aprovada pelo seu Conselho de Administração em 25 de setembro de 2019 e revista, pelo referido órgão, em 22 de maio de 2024. Tal política encontra-se disponível na página da Companhia (www.iochpe.com.br) e da CVM (www.gov.br/cvm) na rede mundial de computadores.

2.8. Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:

a) Os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*), tais como:

(i) Carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade não tenha retido nem transferido substancialmente os riscos e benefícios da propriedade do ativo transferido, indicando respectivos passivos

Os Diretores informam que a Companhia e suas controladas não possuem carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades com respectivos passivos que não aparecem no seu balanço patrimonial.

(ii) Contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

Os Diretores informam que a Companhia e suas controladas não possuem contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços que não aparecem no seu balanço patrimonial.

(iii) Contratos de construção não terminada

Os Diretores informam que a Companhia e suas controladas não possuem contratos de construção não terminada que não aparecem no seu balanço patrimonial.

(iv) Contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Os Diretores informam que a Companhia e suas controladas não possuem contratos de recebimentos futuros de financiamentos que não aparecem no seu balanço patrimonial.

b) Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

A Companhia não possui outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras que sejam considerados materiais para influenciar qualquer decisão de seus usuários.

2.9. Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 2.8, os diretores devem comentar:

(a) como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor;

(b) natureza e o propósito da operação;

(c) natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação.

Este item 2.9 não se aplica, pois, conforme mencionado no item 2.8, não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia.

2.10. Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:

(a) investimentos, incluindo:

(i) descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

(ii) fontes de financiamento dos investimentos

(iii) desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Os investimentos de capital realizados em 2024 totalizaram R\$ 678,2 milhões e foram principalmente relacionados ao atendimento da demanda da categoria de veículos comerciais na América do Norte e a construção da fábrica de rodas de alumínio para veículos comerciais na Europa.

Para esses investimentos, a Companhia utilizou fontes de recursos próprio (caixa), bem como linhas de crédito de diferentes bancos comerciais e bancos de fomento.

Não há desinvestimentos relevantes em andamento e/ou previstos.

(b) desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

No ano de 2024, não houve aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que pudessem influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia.

(c) novos produtos e serviços, indicando:

(i) descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

A Companhia desenvolve novos produtos em parceria com outras empresas do segmento automotivo, institutos de pesquisa e universidades de todo o mundo, em conjunto com sua equipe de engenharia avançada. Nesse sentido, destacamos alguns projetos que já são de conhecimento público, como:

- Maxion Bionic: conceito de rodas de aço de tamanho grande. Mais estilo em tamanhos de aros maiores.
- Parceria com empresa Foresee Power: uma solução integrada para acelerar a eletrificação de veículos. Desenvolvimento de componentes estruturais para veículos elétricos.
- *Ultra-Low CO2 Steel Wheel*: rodas de aço para veículos leves com a utilização de aço “verde”. Redução de mais de 60% em emissões quando comparado com uma roda comum de aço.
- *Ultra-Low CO2 Auminum Wheel*: rodas de alumínio para veículos leves. Utilização de alumínio reciclado com redução de mais de 60% de emissões quando comparado com uma roda comum de alumínio.

(ii) montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

O montante gasto em pesquisas e desenvolvimento, ao longo de 2024, foi de R\$ 208,2 milhões.

(iii) projetos em desenvolvimento já divulgados

Os projetos em desenvolvimento já divulgados foram mencionados no item 2.10 “(c).(i)” acima.

(iv) montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Os montantes gastos pela Companhia no desenvolvimento de novos produtos e/ou serviços estão incluídos no montante divulgado no item 2.10 “(c).(ii)” acima.

(d) oportunidades inseridas no plano de negócios do emissor relacionadas a questões ASG

A Companhia possui metas ambiciosas de curto e longo prazo para reduzir emissões de CO₂ com o lançamento do “Road Map Zero”, projeto este de tornar a Companhia uma fornecedora neutra em carbono até 2040. Este plano de transição até a neutralidade está alinhado ao Acordo de Paris, que propõe um limite da temperatura global de até 1,5° C acima dos níveis pré-industriais. Em 2024, a Companhia atingiu uma redução de aproximadamente 38% de intensidade de emissão de Gases de Efeito Estufa (escopos 1 e 2) e, no que tange ao consumo de energia elétrica, alcançou aproximadamente 75% de uso de fontes renováveis, em comparação ao ano base de 2019.

Dando continuidade aos nossos compromissos com a sustentabilidade em nossos negócios, a Companhia manteve-se na carteira do Índice de sustentabilidade empresarial – ISE e estreou em outras duas: Índice Carbono Eficiente – ICO₂ e Índice de Diversidade – IDIVERSA, todos da B3. Adicionalmente, a Companhia manteve a nota “B” no *Carbon Disclosure Project* – CDP.

Através de seu processo de inovação e engenharia, a Companhia busca desenvolver novos materiais e processos de fabricação para seus clientes com o objetivo de redução de peso de seus produtos, contribuindo para redução de emissões da indústria automotiva.

2.11. Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção.

A Companhia entende que todas as informações relevantes foram divulgadas nos itens anteriores.

* * * * *

**PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA**

ANEXO II – Informações do Anexo A da Resolução CVM nº 81/22

Seguem abaixo as informações indicadas no Anexo A da Resolução CVM nº 81/22:

Todas as informações estão disponibilizadas em milhares de reais, exceto quando mencionado.

1. Informar o lucro líquido do exercício

O lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 foi de R\$ 264.719.

2. Informar o montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados

O montante global dos dividendos é de R\$ 99.343, distribuído da seguinte forma: (i) R\$ 70.195 por meio de juros sobre o capital próprio (“JCP”) (líquidos de IRRF) aprovados pelo Conselho de Administração em reuniões realizadas em 26 de junho de 2024 e 25 de setembro de 2024, conforme facultado pelo artigo 41 do estatuto social da Companhia, e (ii) R\$ 29.148 a título de dividendos referentes aos resultados do exercício social de 2024, aprovados pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 26 de fevereiro de 2025, *ad referendum* da Assembleia.

Data da Declaração	Dividendo / JCP	Data “ex” Proventos	Valor Total Líquido R\$ mil	Valor Total Bruto R\$ mil	Total Ações (-) Tesouraria	Valor por Ação ⁽¹⁾ R\$
26/06/2024	JCP	02/07/2024	17.314	19.191	135.124.421	0,1281373
25/09/2024	JCP	02/10/2024	52.881	58.259	135.943.253	0,3889890
26/02/2025	Dividendo	07/03/2025	29.148	29.148	149.769.774	0,1946212

⁽¹⁾ Calculado com base no valor total bruto

3. Informar o percentual do lucro líquido do exercício distribuído

O valor distribuído dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e JCP já declarados (líquidos de IRRF), equivale a 37% do lucro líquido do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024.

Para fins de cálculo do referido percentual, considera-se o lucro líquido do exercício mais a

realização da depreciação do custo atribuído, líquido de impostos, conforme indicado no item 10(a) abaixo.

4. Informar o montante global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores

Não houve distribuição de dividendos com base em lucro de exercícios anteriores.

5. Informar, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:

a. O valor bruto de dividendo e juros sobre capital próprio, de forma segregada, por ação de cada espécie e classe

O valor dos dividendos a ser ratificado pela Assembleia é de R\$ 29.148, equivalente a R\$ 0,1946212 por ação. Não há proposta de declaração de JCP a ser submetida à Assembleia.

b. A forma e o prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio

Os dividendos a serem ratificados pela Assembleia serão pagos em espécie em 2 de abril de 2025, conforme deliberado pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 26 de fevereiro de 2025. Não há proposta de declaração de JCP a ser submetida à Assembleia.

c. Eventual incidência de atualização e juros sobre os dividendos e juros sobre capital próprio

Não aplicável. Não há incidência de atualização e juros.

d. Data da declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento

A data de corte que identifica os acionistas que fazem jus ao recebimento dos dividendos a serem ratificados pela Assembleia é 6 de março de 2025, tendo as ações de emissão da Companhia passado a negociar na condição de “*ex-dividendos*” a partir de 7 de março de 2025, inclusive. Não há proposta de declaração de JCP a ser submetida à Assembleia.

6. Caso tenha havido declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores:

a. Informar o montante dos dividendos ou juros sobre capital próprio já declarados

Em 26 de junho de 2024, o Conselho de Administração declarou JCP no valor total bruto de R\$ 19.191, correspondente ao valor de R\$ 0,1281373 por ação, correspondente ao valor total líquido de R\$ 17.314, a serem imputados ao dividendo obrigatório referente ao exercício de 2024. A data de corte que identifica os acionistas que fazem jus aos JCP é 1º de julho de 2024, tendo as ações passado a negociar “*ex-proventos*” a partir de 2 de julho de 2024, inclusive.

Em 25 de setembro de 2024, o Conselho de Administração declarou JCP no valor total bruto de R\$ 58.259, correspondente ao valor de R\$ 0,3889890 por ação, correspondente ao valor total líquido de R\$ 52.881, a serem imputados ao dividendo obrigatório referente ao exercício de 2024. A data de corte que identifica os acionistas que fazem jus aos JCP é 1º de outubro de 2024, tendo as ações passado a negociar “*ex-proventos*” a partir de 2 de outubro de 2024, inclusive.

b. Informar a data dos respectivos pagamentos

Os JCP mencionados no item 6(a) acima serão pagos em espécie em 2 de abril de 2025.

7. Fornecer tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe:

a. Lucro líquido do exercício e dos 3 (três) exercícios anteriores

Ano	Lucro líquido do exercício*	Lucro p/ ação
2024	264.719	1,76635
2023	30.733	0,20415
2022	278.933	1,83996
2021	537.221	3,52577

* valores em R\$ mil

b. Dividendo e juro sobre capital próprio distribuído nos 3 (três) exercícios anteriores

Ano	Dividendos/JCP *	Dividendos/JCP p/ ação
2023	13.133	0,0875
2022	105.223	0,6954
2021	200.934	1,3206

* valores em R\$ mil

8. Havendo destinação de lucros à reserva legal**a. Identificar o montante destinado à reserva legal**

O montante destinado a reserva legal é de R\$ 13.425.

b. Detalhar a forma de cálculo da reserva legal

A reserva legal é calculada à razão de 5% do lucro líquido do exercício, antes de qualquer outra destinação, acrescido da realização da depreciação do custo atribuído do exercício, não excedendo 20% do capital social.

Considerando o lucro líquido apurado em 2024 de R\$ 264.719 mais a realização da depreciação do custo atribuído, líquido de impostos, do exercício de 2024 no valor de R\$ 3.776, o lucro líquido ajustado para cálculo da reserva legal é de R\$ 268.495.

9. Caso a companhia possua ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos**a. Descrever a forma de cálculos dos dividendos fixos ou mínimos****b. Informar se o lucro do exercício é suficiente para o pagamento integral dos dividendos fixos ou mínimos****c. Identificar se eventual parcela não paga é cumulativa****d. Identificar o valor global dos dividendos fixos ou mínimos a serem pagos a cada classe de ações preferenciais****e. Identificar os dividendos fixos ou mínimos a serem pagos por ação preferencial de cada classe**

Não aplicável, a Companhia não possui ações preferenciais.

10. Em relação ao dividendo obrigatório**a. Descrever a forma de cálculo prevista no estatuto**

O estatuto da Companhia prevê como dividendo obrigatório o pagamento de 37% do lucro líquido do exercício, apurado conforme os termos da Lei nº 6.404/76. Considera-se o lucro líquido do exercício mais a realização da depreciação do custo atribuído.

Considerando o lucro líquido apurado em 2024 de R\$ 264.719 mais a realização da depreciação do custo atribuído, líquido de impostos, do exercício de 2024 no valor de R\$ 3.776, o lucro líquido ajustado para cálculo do dividendo obrigatório é de R\$ 268.495.

b. Informar se ele está sendo pago integralmente

O dividendo está sendo pago integralmente.

c. Informar o montante eventualmente retido

Não houve retenção do dividendo obrigatório.

11. Havendo retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da companhia**a. Informar o montante da retenção**

b. Descrever, pormenorizadamente, a situação financeira da companhia, abordando, inclusive, aspectos relacionados à análise de liquidez, ao capital de giro e fluxos de caixa positivos

c. Justificar a retenção dos dividendos

Não aplicável, não houve retenção do dividendo obrigatório.

12. Havendo destinação de resultado para reserva de contingências**a. Identificar o montante destinado à reserva****b. Identificar a perda considerada provável e sua causa****c. Explicar por que a perda foi considerada provável****d. Justificar a constituição da reserva**

Não aplicável, não houve destinação de resultado para reserva de contingências.

13. Havendo destinação de resultado para reserva de lucros a realizar**a. Informar o montante destinado à reserva de lucros a realizar****b. Informar a natureza dos lucros não-realizados que deram origem à reserva**

Não aplicável, não houve destinação de resultado para reserva de lucros a realizar.

14. Havendo destinação de resultado para reservas estatutárias**a. Descrever as cláusulas estatutárias que estabelecem a reserva**

A reserva de investimento e capital de giro terá por finalidade assegurar investimentos em bens do ativo permanente e acréscimo do capital de giro, inclusive através de amortização de dívidas da Companhia, bem como a capitalização e financiamento de sociedades controladas e coligadas. A reserva será formada com parcela anual de, no mínimo, 10% e, no máximo, 58% do lucro líquido e terá como limite máximo o importe que não poderá exceder, em conjunto com a reserva legal, o valor do capital social.

b. Identificar o montante destinado a reserva

O montante destinado a reserva estatutária é de R\$ 155.727.

c. Descrever como o montante foi calculado

O montante foi calculado considerando 58% do lucro líquido ajustado do exercício (R\$ 268.495), o qual é apurado através do lucro líquido do exercício (R\$ 264.719) acrescido da depreciação do custo atribuído, líquido de impostos (R\$ 3.776).

15. Havendo retenção de lucros prevista em orçamento de capital

- a. Identificar o montante da retenção**
- b. Fornecer cópia do orçamento de capital**

Não aplicável, não houve retenção de lucros prevista em orçamento de capital.

16. Havendo destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais

- a. Informar o montante destinado à reserva**
- b. Explicar a natureza da destinação**

Não aplicável, não houve destinação de resultado para reserva de incentivos fiscais.

* * * * *

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

ANEXO III – Informações relativas aos candidatos a membros do Conselho de Administração

Seguem abaixo as informações indicadas nos Itens 7.3 a 7.6 do Formulário de Referência relativas aos candidatos a membros titulares e suplentes do Conselho de Administração, na forma da regulamentação em vigor, conforme descrito no item IV desta Proposta:

1. Em relação aos candidatos a membro do Conselho de Administração, informar (Item 7.3 do Formulário de Referência):

Cargo ao qual é candidato na AGO 2025	Membro titular do Conselho de Administração
Nome	Dan Ioschpe
Data de Nascimento	25/02/1965
Profissão	Administrador de empresas
CPF	439.240.690-34
Cargo Eletivo Ocupado	Presidente do Conselho de Administração
Data de Eleição	28/04/2023
Data de Posse	28/04/2023
Prazo do Mandato	2 anos
Se foi eleito pelo controlador ou não	Não
Se é membro independente, nos termos da regulamentação específica aplicável à matéria	Não
Caso o administrador venha exercendo mandatos consecutivos, data de início do primeiro de tais mandatos	17/01/2008

Demais Informações:

Formado em Jornalismo pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul em 1986, com pós-graduação pela ESPM – SP em 1988 e mestrado em administração de empresas (MBA) pela *Tuck School of Business* do *Dartmouth College* (EUA) em 1991. Principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos: (i) Presidente do Conselho de Administração da Iochpe-Maxion S.A. desde 2014 (setor de atividade: autopeças); (ii) Membro independente do Conselho de Administração desde 2020, bem como membro do Comitê de Pessoas e ESG e do Comitê de Auditoria, Riscos e Ética da Embraer S.A. (setor de atividade: aeronaves, sistemas e equipamentos aeronáuticos); (iii) Membro independente do Conselho de Administração desde 2018, bem como membro do Comitê de Estratégia e Inovação da Marcopolo S.A. (setor de atividade: fabricação de ônibus e seus componentes); (iv) Membro independente do Conselho de Administração desde 2012, bem como membro do Comitê de Auditoria da Weg S.A. (setor de atividade: equipamentos elétricos e eletrônicos); (v) Membro independente do Conselho de Administração (tendo sido também membro do Comitê de Pessoas) da Cosan S.A. de 2015 até 2024 (setor de atividade: produção e distribuição de combustíveis, açúcar, gás e transporte ferroviário); (vi) Membro independente

do Conselho de Administração (tendo sido também membro do Comitê de Pessoas, Governança, Organização e Cultura e coordenador do Comitê de Finanças e Gestão de Risco) da BRF S.A. de 2018 até 2022 (setor de atividade: alimentos); (vii) Membro independente do Conselho de Administração da Profarma Distrib. Prod. Farmacêuticos S.A. de 2006 até 2020 (setor de atividade: atacado e varejo); (viii) Diretor da Inova Investimentos Limitada desde 2000 (setor de atividade: companhia *holding* de investimento financeiros e imobiliários); empresa controlada por acionista da Companhia que detém participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário da Companhia; (ix) Vice-Presidente do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (IEDI); (x) Membro do Conselho de Administração do Sindicato Nacional da Indústria de Componentes para Veículos Automotores (Sindipeças); (xi) Vice-Presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP). Seu exercício de voto nas reuniões do Conselho de Administração da Companhia é vinculado ao Acordo de Voto firmado por membros da Família Ioschpe, o qual se encontra arquivado na Companhia. O Sr. Dan Ioschpe declarou que não é pessoa exposta politicamente conforme definido na regulamentação aplicável. O Sr. Dan Ioschpe declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, o Banco Central do Brasil ou a Superintendência de Seguros Privados, e qualquer condenação transitada em julgado na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial. No entanto, o administrador informou que, em agosto/2024, foi prolatada sentença desfavorável, em primeira instância, pelo juízo da 2ª Vara Criminal Federal de São Paulo, por suposta infração ao art. 27-D da Lei nº 6.385/76, e que, inconformado com a sentença proferida, interpôs recurso de apelação, o qual tem efeito suspensivo, não estando, portanto, sujeito aos efeitos de qualquer condenação nos termos da Constituição Federal.

Cargo ao qual é candidato na AGO 2023	Membro suplente do Conselho de Administração
Nome	Salomão Ioschpe
Data de Nascimento	09/04/1963
Profissão	Dirigente de empresas
CPF	400.517.220-20
Cargo Eletivo Ocupado	Membro suplente do Conselho de Administração
Data de Eleição	28/04/2023
Data de Posse	28/04/2023
Prazo do Mandato	2 anos
Se foi eleito pelo controlador ou não	Não
Se é membro independente, nos termos da regulamentação específica aplicável à matéria	Não
Caso o administrador venha exercendo mandatos consecutivos, data de início do primeiro de tais mandatos	22/09/2004

Demais Informações:

Formado em Economia, Finanças e Estudos Políticos pelo Instituto de Estudos Políticos de Paris - *Sciences-Po* (*Institut d'Etudes Politiques*, IEP em francês) em 1989 e mestrado em administração de empresas (MBA) pela *Case Western Reserve University* (EUA) em 1998. Principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos: (i) Membro suplente do Conselho de Administração da Iochpe-Maxion S.A. desde 2004 (setor de atividade: autopeças); (ii) Diretor da Inova Investimentos Limitada desde 2021 (setor de atividade: companhia *holding* de investimentos financeiros e imobiliários); empresa controlada por acionista da Companhia que detém participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário da Companhia; (iii) Sócio-Diretor da BMA Gestão Empresarial Eireli desde 2019 (setor de atividade: consultoria de gestão); (iv) Diretor Presidente da Inso Agroindustrial S.A. de 2007 até 2017 (setor de atividade: agricultura); (v) Sócio-Diretor e Presidente da BMA Automotive LLC de 2003 até 2015 (setor de atividade: consultoria empresarial). Seu exercício de voto nas reuniões do Conselho de Administração da Companhia é vinculado ao Acordo de Voto firmado por membros da Família Ioschpe, o qual se encontra arquivado na Companhia. O Sr. Salomão Ioschpe declarou que não é pessoa exposta politicamente conforme definido na regulamentação aplicável. O Sr. Salomão Ioschpe declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, o Banco Central do Brasil ou a Superintendência de Seguros Privados, e qualquer condenação transitada em julgado na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Cargo ao qual é candidato na AGO 2023	Membro titular do Conselho de Administração
Nome	Gustavo Berg loschpe
Data de Nascimento	15/02/1977
Profissão	Dirigente de empresas e economista
CPF	920.901.680-72
Cargo Eletivo Ocupado	Membro titular do Conselho de Administração
Data de Eleição	28/04/2023
Data de Posse	28/04/2023
Prazo do Mandato	2 anos
Se foi eleito pelo controlador ou não	Não
Se é membro independente, nos termos da regulamentação específica aplicável à matéria	Não
Caso o administrador venha exercendo mandatos consecutivos, data de início do primeiro de tais mandatos	19/11/1998

Demais Informações:

Formado em *Strategic Management* (B.S., *Wharton School*), Ciência Política (B.A., *College of Arts and Sciences*) pela *University of Pennsylvania* em 1999 e mestrado em Desenvolvimento Econômico e Economia Internacional pela *Yale University* (EUA) em 2002. Principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos: (i) Membro efetivo do Conselho de Administração da Iochpe-Maxion S.A. desde 1998 (setor de atividade: Autopeças), bem como Coordenador do Comitê de Estratégia e Inovação; (ii) Fundador e Diretor Presidente da Big Data desde 2012 (setor de atividade: tecnologia). Seu exercício de voto nas reuniões do Conselho de Administração da Companhia é vinculado ao Acordo de Voto firmado por membros da Família loschpe, o qual se encontra arquivado na Companhia. O Sr. Gustavo Berg loschpe declarou que não é pessoa exposta politicamente conforme definido na regulamentação aplicável. O Sr. Gustavo Berg loschpe declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, o Banco Central do Brasil ou a Superintendência de Seguros Privados, e qualquer condenação transitada em julgado na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Cargo ao qual é candidato na AGO 2023	Membro suplente do Conselho de Administração
Nome	Débora Berg Ioschpe
Data de Nascimento	24/05/1975
Profissão	Dirigente de empresas
CPF	801.868.310-72
Cargo Eletivo Ocupado	Membro suplente do Conselho de Administração
Data de Eleição	28/04/2023
Data de Posse	28/04/2023
Prazo do Mandato	2 anos
Se foi eleito pelo controlador ou não	Não
Se é membro independente, nos termos da regulamentação específica aplicável à matéria	Não
Caso o administrador venha exercendo mandatos consecutivos, data de início do primeiro de tais mandatos	17/01/2008

Demais Informações:

Formada em Desenho Industrial pela Universidade Luterana do Brasil em 1998. Principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos: (i) Membro suplente do Conselho de Administração da Iochpe-Maxion S.A. desde 2008 (setor de atividade: autopeças); (ii) Fundadora e Diretora Presidente da Pink Joias Eirele desde 2011 (setor de atividade: joalheria); (iii) Diretora da Berg 2 Participações Ltda. desde 2020 (setor de atividade: outras sociedades de participação, exceto *holdings*: compra, venda e locação de imóveis). Seu exercício de voto nas reuniões do Conselho de Administração da Companhia é vinculado ao Acordo de Voto firmado por membros da Família Ioschpe, o qual se encontra arquivado na Companhia. A Sra. Débora Ioschpe declarou que não é pessoa exposta politicamente conforme definido na regulamentação aplicável. A Sra. Débora Ioschpe declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeita aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, o Banco Central do Brasil ou a Superintendência de Seguros Privados, e qualquer condenação transitada em julgado na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Cargo ao qual é candidato na AGO 2023	Membro titular do Conselho de Administração
Nome	Iboty Brochmann Ioschpe
Data de Nascimento	24/06/1948
Profissão	Economista
CPF	000.922.820-91
Cargo Eletivo Ocupado	Membro titular do Conselho de Administração
Data de Eleição	28/04/2023
Data de Posse	28/04/2023
Prazo do Mandato	2 anos
Se foi eleito pelo controlador ou não	Não
Se é membro independente, nos termos da regulamentação específica aplicável à matéria	Não
Caso o administrador venha exercendo mandatos consecutivos, data de início do primeiro de tais mandatos	17/08/1992

Demais Informações:

Formado em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul em 1972. Principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos: (i) Membro efetivo do Conselho de Administração da Iochpe-Maxion S.A. desde 1992 (setor de atividade: autopeças); (ii) Fundador e Diretor Presidente da IBI Participações e Negócios S.A. desde 1988 (setor de atividade: imobiliário). Seu exercício de voto nas reuniões do Conselho de Administração da Companhia é vinculado ao Acordo de Voto firmado por membros da Família Ioschpe, o qual se encontra arquivado na Companhia. O Sr. Iboty Ioschpe declarou que não é pessoa exposta politicamente conforme definido na regulamentação aplicável. O Sr. Iboty Ioschpe declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, o Banco Central do Brasil ou a Superintendência de Seguros Privados, e qualquer condenação transitada em julgado na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Cargo ao qual é candidato na AGO 2023	Membro suplente do Conselho de Administração
Nome	Claudia Ioschpe
Data de Nascimento	30/12/1978
Profissão	Jornalista
CPF	938.905.590-34
Cargo Eletivo Ocupado	Membro suplente do Conselho de Administração
Data de Eleição	28/04/2023
Data de Posse	28/04/2023
Prazo do Mandato	2 anos
Se foi eleito pelo controlador ou não	Não
Se é membro independente, nos termos da regulamentação específica aplicável à matéria	Não
Caso o administrador venha exercendo mandatos consecutivos, data de início do primeiro de tais mandatos	23/03/2006

Demais Informações:

Formada em Jornalismo pela Universidade Luterana Brasil (ULBRA) em 2006 e Master em Jornalismo – IICS e ISE Business School. Principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos: (i) Membro suplente do Conselho de Administração da Iochpe-Maxion S.A. desde 2006 (setor de atividade: autopeças); (ii) Sócia – Administradora da Essência Design Ltda. desde 2017 (setor de atividade: aparelhamento de placas e execução de trabalhos em mármore, granito, ardósia e outras pedras). Seu exercício de voto nas reuniões do Conselho de Administração da Companhia é vinculado ao Acordo de Voto firmado por membros da Família Ioschpe, o qual se encontra arquivado na Companhia. A Sra. Claudia Ioschpe declarou que não é pessoa exposta politicamente conforme definido na regulamentação aplicável. A Sra. Claudia Ioschpe declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeita aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, o Banco Central do Brasil ou a Superintendência de Seguros Privados, e qualquer condenação transitada em julgado na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Cargo ao qual é candidato na AGO 2023	Membro titular do Conselho de Administração
Nome	Marcos Sergio de Oliveira
Data de Nascimento	07/03/1960
Profissão	Engenheiro
CPF	008.516.768-12
Cargo Eletivo Ocupado	Diretor Presidente
Data de Eleição	02/05/2023
Data de Posse	02/05/2023
Prazo do Mandato	2 anos
Se foi eleito pelo controlador ou não	Não
Se é membro independente, nos termos da regulamentação específica aplicável à matéria	Não
Caso o administrador venha exercendo mandatos consecutivos, data de início do primeiro de tais mandatos	N/A

Demais Informações:

Formado em engenharia pela Faculdade de Engenharia Industrial (FEI) em 1984 e com pós-graduação em administração de empresas pela Fundação Armando Álvares Penteado (FAAP) em 1993. Principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos: (i) Diretor Presidente da Iochpe-Maxion S.A. de março de 2014 até abril de 2025, tendo sido membro do Comitê de Ética e do Comitê de Divulgação e Negociação (setor de atividade: autopeças); (ii) Vice-Presidente Corporativo da Iochpe-Maxion S.A. de 2012 até 2014 (setor de atividade: autopeças); (iii) Conselheiro na Indústria Metalúrgica ZEN entre 2013 a 2020 (setor de atividade: autopeças); (iv) Presidente do Conselho da Fundação Iochpe; (v) Conselheiro no Conselho Superior da ABIPEÇAS – Associação Brasileira da Indústria de Autopeças; (vi) Conselheiro no Conselho Superior de Comércio Exterior da FIESP; (vii) Conselheiro no Conselho Superior de Inovação e Competividade da FIESP. O Sr. Marcos Sergio de Oliveira declarou que não é pessoa exposta politicamente conforme definido na regulamentação aplicável. O Sr. Marcos Sergio de Oliveira declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, o Banco Central do Brasil ou a Superintendência de Seguros Privados, e qualquer condenação transitada em julgado na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Cargo ao qual é candidato na AGO 2023	Membro titular independente do Conselho de Administração
Nome	Deborah Stern Vieitas
Data de Nascimento	21/08/1957
Profissão	Administradora
CPF	013.968.828-55
Cargo Eletivo Ocupado	Membro titular independente do Conselho de Administração
Data de Eleição	28/04/2023
Data de Posse	28/04/2023
Prazo do Mandato	2 anos
Se foi eleito pelo controlador ou não	Não
Se é membro independente, nos termos da regulamentação específica aplicável à matéria	Sim (segundo o critério do Regulamento do Novo Mercado e da regulamentação da CVM)
Caso o administrador venha exercendo mandatos consecutivos, data de início do primeiro de tais mandatos	28/04/2023

Demais Informações:

Formada em Administração pela FGV São Paulo em 1979, Jornalismo pela Escola de Comunicações e Artes USP em 1980, mestrado na *École Nationale D'Administration Paris* (França) em 1983, e mestrado em administração na FGV São Paulo (Brasil) em 1984. Principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos: (i) Membro independente do Conselho de Administração desde 2023, bem como membro do Comitê Financeiro da Iochpe-Maxion S.A. (setor de atividade: autopeças); (ii) Membro independente do Conselho de Administração do Banco Santander S.A. desde 2017 (setor de atividade: financeiro); (iii) Membro independente do Conselho de Administração da BRF S.A. de 2022 até 2024 (setor de atividade: alimentos); (iv) Assessora do Conselho de Administração da *American Chamber of Commerce for Brazil – Amcham Brasil* (terceiro setor) desde 2023 e CEO da Amcham Brasil de 2015 até 2022; (v) Diretora Presidente do Banco Caixa Geral Brasil S/A de 2008 até 2014 (setor de atividade: financeiro); (vi) Diretora Vice-Presidente do Banco BNP Paribas Brasil S/A de 2000 até 2008 (setor de atividade: financeiro); (vii) Membro do Conselho Consultivo da UNICEF Brasil. A Sra. Deborah Vieitas é conselheira independente segundo o critério do Regulamento do Novo Mercado e da regulamentação da CVM. A Sra. Deborah Vieitas declarou que não é pessoa exposta politicamente conforme definido na regulamentação aplicável. A Sra. Deborah Vieitas declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeita aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, o Banco Central do Brasil ou a Superintendência de Seguros Privados, e qualquer condenação transitada em julgado na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Cargo ao qual é candidato na AGO 2023	Membro suplente independente do Conselho de Administração
Nome	Mauro Knijnik
Data de Nascimento	10/06/1940
Profissão	Economista
CPF	002.231.740-68
Cargo Eletivo Ocupado	Membro suplente independente do Conselho de Administração
Data de Eleição	28/04/2023
Data de Posse	28/04/2023
Prazo do Mandato	2 anos
Se foi eleito pelo controlador ou não	Não
Se é membro independente, nos termos da regulamentação específica aplicável à matéria	Sim (segundo o critério do Regulamento do Novo Mercado e da regulamentação da CVM)
Caso o administrador venha exercendo mandatos consecutivos, data de início do primeiro de tais mandatos	30/04/1993

Demais Informações:

Formado em Economia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS em 1962 e pós-graduação pela Cemla-Centro de Estudos Monetários Latino-Americanos. Principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos: (i) Membro suplente do Conselho de Administração da Iochpe-Maxion S.A. desde 1993 (setor de atividade: autopeças); (ii) Presidente do Conselho de Administração do Banco do Estado do Rio Grande do Sul – BANRISUL de 1979 até 1983 (setor de atividade: financeiro); (iii) Presidente das Associações Comerciais e de Serviços do Rio Grande do Sul; (iv) Presidente da Junta de Coordenação Financeira do Estado do Rio Grande do Sul. O Sr. Mauro Knijnik é conselheiro independente segundo o critério do Regulamento do Novo Mercado e da regulamentação da CVM. O Sr. Mauro Knijnik declarou que não é pessoa exposta politicamente conforme definido na regulamentação aplicável. O Sr. Mauro Knijnik declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, o Banco Central do Brasil ou a Superintendência de Seguros Privados, e qualquer condenação transitada em julgado na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Cargo ao qual é candidato na AGO 2023	Membro titular independente do Conselho de Administração
Nome	Nildemar Secches
Data de Nascimento	24/11/1948
Profissão	Engenheiro Mecânico
CPF	589.461.528-34
Cargo Eletivo Ocupado	Membro titular independente do Conselho de Administração
Data de Eleição	28/04/2023
Data de Posse	28/04/2023
Prazo do Mandato	2 anos
Se foi eleito pelo controlador ou não	Não
Se é membro independente, nos termos da regulamentação específica aplicável à matéria	Sim (segundo o critério do Regulamento do Novo Mercado e da regulamentação da CVM)
Caso o administrador venha exercendo mandatos consecutivos, data de início do primeiro de tais mandatos	22/09/2004

Demais Informações:

Formado em Engenharia Mecânica pela Universidade de São Paulo em 1971. Principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos: (i) Vice-Presidente do Conselho de Administração desde 2008 (tendo sido membro independente do Conselho de Administração de 2004 até 2008) da Iochpe-Maxion S.A. (setor de atividade: autopeças), bem como membro do Comitê de Nomeação e Remuneração e membro do Comitê Financeiro; (ii) Membro efetivo do Conselho de Administração do Grupo Big S.A. de 2018 até 2022 (setor de atividade: comércio); (iii) Membro independente do Conselho de Administração desde 2008, bem como membro de diversos comitês da Suzano S.A. (setor de atividade: papel e celulose); (iv) Membro do Conselho de Administração desde 2022, bem como membro do Comitê de Pessoas da Vibra Energia S.A. (setor de atividade: comércio atacadista de álcool carburante, biodiesel, gasolina e demais derivados de petróleo, exceto lubrificantes); (v) Vice-Presidente do Conselho de Administração da WEG S.A. desde 1998 (setor de atividade: equipamentos elétricos e eletrônicos); (vi) Membro efetivo do Conselho de Administração da WEG Equipamentos Elétricos S.A. O Sr. Nildemar Secches é conselheiro independente segundo o critério do Regulamento do Novo Mercado e da regulamentação da CVM. O Sr. Nildemar Secches declarou que não é pessoa exposta politicamente conforme definido na regulamentação aplicável. O Sr. Nildemar Secches declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, o Banco Central do Brasil ou a Superintendência de Seguros Privados, e qualquer condenação transitada em julgado na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Cargo ao qual é candidato na AGO 2023	Membro suplente independente do Conselho de Administração
Nome	Ronald John Aldworth
Data de Nascimento	21/12/1947
Profissão	Administrador de empresas
CPF	052.981.130-87
Cargo Eletivo Ocupado	Membro suplente independente do Conselho de Administração
Data de Eleição	28/04/2023
Data de Posse	28/04/2023
Prazo do Mandato	2 anos
Se foi eleito pelo controlador ou não	Não
Se é membro independente, nos termos da regulamentação específica aplicável à matéria	Sim (segundo o critério do Regulamento do Novo Mercado e da regulamentação da CVM)
Caso o administrador venha exercendo mandatos consecutivos, data de início do primeiro de tais mandatos	17/01/2008

Demais Informações:

Formado em Administração de Empresas pela *Fox School of Business da Temple University* (EUA) em 1975. Principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos: (i) Membro suplente independente do Conselho de Administração da Iochpe-Maxion S.A. desde 2008 (setor de atividade: autopeças); (ii) Diretor Financeiro da Insolo Agroindustrial de 2007 até 2017 (setor de atividade: agricultura). O Sr. Ronald Aldworth é conselheiro independente segundo o critério do Regulamento do Novo Mercado e da regulamentação da CVM. O Sr. Ronald Aldworth declarou que não é pessoa exposta politicamente conforme definido na regulamentação aplicável. O Sr. Ronald Aldworth declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, o Banco Central do Brasil ou a Superintendência de Seguros Privados, e qualquer condenação transitada em julgado na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Cargo ao qual é candidato na AGO 2023	Membro titular independente do Conselho de Administração
Nome	Sergio Luiz Silva Schwartz
Data de Nascimento	21/11/1960
Profissão	Contador
CPF	383.104.659-04
Cargo Eletivo Ocupado	Membro titular independente do Conselho de Administração
Data de Eleição	28/04/2023
Data de Posse	28/04/2023
Prazo do Mandato	2 anos
Se foi eleito pelo controlador ou não	Não
Se é membro independente, nos termos da regulamentação específica aplicável à matéria	Sim (segundo o critério do Regulamento do Novo Mercado e da regulamentação da CVM))
Caso o administrador venha exercendo mandatos consecutivos, data de início do primeiro de tais mandatos	10/04/2015

Demais Informações:

Formado em Ciências Contábeis pela Universidade Regional de Joinville em 1990, com especialização em Práticas Gerencias pela ESAG/UDESC em 1994, especialização em Gestão de Equipes pela Fundação Getúlio Vargas em 1999 e especialização em Logística pela Fundação Getúlio Vargas /SOCIESC em 2003. Principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos: (i) Membro independente do Conselho de Administração desde 2015, bem como Coordenador do Comitê Financeiro e Coordenador do Comitê de Nomeação e Remuneração da Iochpe-Maxion S.A. (setor de atividade: autopeças); (ii) Membro efetivo do Conselho de Administração da WEG S.A. desde 2015 (setor de atividade: equipamentos elétricos e eletrônicos); (iii) Membro efetivo do Conselho de Administração da WPA Participações e Serviços S.A. desde 2015 (setor de atividade: holding administradora de bens); (iv) Membro efetivo do Conselho de Administração da Oxford Porcelanas S.A. desde 2017 (setor de atividade: fabricação de utensílios e porcelanas); (v) Membro efetivo do Conselho de Administração da Welle Tecnologia Laser S.A. de 2017 até 2020 (setor de atividade: indústria); (vi) Membro efetivo do Conselho de Administração da Paumar S/A – Indústria e Comércio; (vii) Membro efetivo do Conselho de Administração da WEG Linhares Equipamentos Elétricos S.A.; e (viii) Membro efetivo do Conselho de Administração da WEG Amazônia S.A.. O Sr. Sergio Schwartz é conselheiro independente segundo o critério do Regulamento do Novo Mercado e da regulamentação da CVM. O Sr. Sergio Schwartz declarou que não é pessoa exposta politicamente conforme definido na regulamentação aplicável. O Sr. Sergio Schwartz declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, o Banco Central do Brasil ou a Superintendência de Seguros Privados, e qualquer condenação transitada em julgado na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Cargo ao qual é candidato na AGO 2023	Membro titular independente do Conselho de Administração
Nome	Alexandre Gonçalves Silva
Data de Nascimento	06/03/1945
Profissão	Engenheiro
CPF	022.153.817-87
Cargo Eletivo Ocupado	Membro titular independente do Conselho de Administração
Data de Eleição	28/04/2023
Data de Posse	28/04/2023
Prazo do Mandato	2 anos
Se foi eleito pelo controlador ou não	Não
Se é membro independente, nos termos da regulamentação específica aplicável à matéria	Sim (segundo o critério do Regulamento do Novo Mercado e da regulamentação da CVM)
Caso o administrador venha exercendo mandatos consecutivos, data de início do primeiro de tais mandatos	26/04/2019

Demais Informações:

Formado em Engenharia Mecânica pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro em 1967. Principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos: (i) Membro independente do Conselho de Administração desde 2019, bem como membro do Comitê de Nomeação e Remuneração e membro do Comitê de Estratégia e Inovação da Iochpe-Maxion S.A. (setor de atividade: autopeças); (ii) Membro do Conselho de Administração da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo – SABESP desde 2024 (setor de atividade: saneamento, serv. Água e gás); (iii) Membro do Conselho de Administração da Algar S/A Empreendimentos e Participações desde 2024 (setor de atividade: *holding*); (iv) Membro independente do Conselho de Administração da Companhia Nitroquímica do Brasil desde 2012 (setor de atividade: química); (v) Presidente do Conselho de Administração da Embraer S.A. desde 2011, com cessação do cargo prevista para abril de 2025 (setor de atividade: aeronaves, sistemas e equipamentos aeronáuticos); (vi) Membro do Conselho de Administração da Ultrapar Participações S.A. de 2015 até 2021 (setor de atividade: emp. adm. part. – petróleo e gás); (vii) Membro do Conselho de Administração da Votorantim Cimentos S.A. de 2016 até 2020 (setor de atividade: construção civil). O Sr. Alexandre Silva é conselheiro independente segundo o critério do Regulamento do Novo Mercado e da regulamentação da CVM. O Sr. Alexandre Silva declarou que não é pessoa exposta politicamente conforme definido na regulamentação aplicável. O Sr. Alexandre Silva declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, o Banco Central do Brasil ou a Superintendência de Seguros Privados, e qualquer condenação transitada em julgado na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Cargo ao qual é candidato na AGO 2023	Membro titular independente do Conselho de Administração
Nome	Henrique Bredda
Data de Nascimento	30/08/1981
Profissão	Gestor de Recursos
CPF	221.014.238-55
Cargo Eletivo Ocupado	Membro titular independente do Conselho de Administração
Data de Eleição	28/04/2023
Data de Posse	28/04/2023
Prazo do Mandato	2 anos
Se foi eleito pelo controlador ou não	Não
Se é membro independente, nos termos da regulamentação específica aplicável à matéria	Sim (segundo o critério do Regulamento do Novo Mercado e da regulamentação da CVM)
Caso o administrador venha exercendo mandatos consecutivos, data de início do primeiro de tais mandatos	23/04/2021

Demais Informações:

Formado em Engenharia Naval pela Escola Politécnica da USP em 2008. Principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos: (i) Membro independente do Conselho de Administração desde 2021, bem como membro do Comitê de Auditoria Estatutário da Iochpe-Maxion S.A. (setor de atividade: autopeças); (ii) Gestor da Alaska Asset Management desde 2011 (setor de atividade: gestora de recursos); (iii) Membro do Conselho de Administração da Valid Soluções S.A. (setor de atividade: tecnologia); (iv) Membro do Conselho de Administração da Marcopolo S.A. (setor de atividade: fabricação de ônibus e seus componentes). O Sr. Henrique Bredda é conselheiro independente segundo o critério do Regulamento do Novo Mercado e da regulamentação da CVM. O Sr. Henrique Bredda declarou que não é pessoa exposta politicamente conforme definido na regulamentação aplicável. O Sr. Henrique Bredda declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, o Banco Central do Brasil ou a Superintendência de Seguros Privados, e qualquer condenação transitada em julgado na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

2. Informações mencionadas no item 7.3 em relação aos candidatos que são membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários (Item 7.4 do Formulário de Referência):

Comitê de Nomeação e Remuneração *		
Membro	Data da Posse	Término do Mandato
Sergio Luiz Silva Schwartz (Coordenador)	31/05/2023	31/05/2025
Alexandre Gonçalves Silva	31/05/2023	31/05/2025
Nildemar Secches	31/05/2023	31/05/2025

* Vide item 1 acima – informações do Item 7.3 do Formulário de Referência

Comitê Financeiro *		
Membro	Data da Posse	Término do Mandato
Sergio Luiz Silva Schwartz (Coordenador)	31/05/2023	31/05/2025
Nildemar Secches	31/05/2023	31/05/2025
Deborah Stern Vieitas	31/05/2023	31/05/2025

* Vide item 1 acima – informações do Item 7.3 do Formulário de Referência

Comitê de Auditoria Estatutário*		
Membro	Data da Posse	Término do Mandato
Henrique Bredda	28/04/2021	31/05/2031

* Vide item 1 acima – informações do Item 7.3 do Formulário de Referência

Comitê de Estratégia e Inovação*		
Membro	Data da Posse	Término do Mandato
Gustavo Berg loschpe (Coordenador)	31/05/2023	31/05/2025
Alexandre Gonçalves Silva	31/05/2023	31/05/2025

* Vide item 1 acima – informações do Item 7.3 do Formulário de Referência

3. Informação sobre a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau entre (a) administradores do emissor; (b) (i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor; (c) (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor; (d) (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor (Item 7.5 do Formulário de Referência):

Administrador do emissor ou controlada	CPF	Nome do emissor ou controlada	CNPJ	Pessoa Relacionada	Parentesco
Iboty Brochmann loschpe (Candidato a membro titular do CA)	000.922.820-91	lochpe-Maxion S.A.	61.156.113/0001-75	Claudia loschpe (Candidata a membro suplente do CA)	Pai (1º grau por consanguinidade)
Claudia loschpe (Candidata a membro suplente do CA)	938.905.590-34	lochpe-Maxion S.A.	61.156.113/0001-75	Iboty Brochmann loschpe (Candidato a membro titular do CA)	Filha (1º grau por consanguinidade)
Gustavo Berg loschpe (Candidato a membro titular do CA)	920.901.680-72	lochpe-Maxion S.A.	61.156.113/0001-75	Debora Berg loschpe (Candidata a membro suplente do CA)	Irmão (1º grau por consanguinidade)
Debora Berg loschpe (Candidata a membro suplente do CA)	801.868.310-72	lochpe-Maxion S.A.	61.156.113/0001-75	Gustavo Berg loschpe (Candidato a membro titular do CA)	Irmã (1º grau por consanguinidade)
Dan loschpe (Candidato a membro titular do CA)	439.240.690-34	lochpe-Maxion S.A.	61.156.113/0001-75	Salomão loschpe (Candidato a membro suplente do CA)	Irmão (1º grau por consanguinidade)
Salomão loschpe (Candidato a membro suplente do CA)	400.517.220-20	lochpe-Maxion S.A.	61.156.113/0001-75	Dan loschpe (Candidato a membro titular do CA)	Irmão (1º grau por consanguinidade)

4. Informação sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e (a) sociedade controlada, direta ou indiretamente pelo emissor, com exceção daquelas que o emissor detenha, direta ou indiretamente, participação igual ou superior a 99% do capital social; (b) controlador direto ou indireto do emissor; (c) caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de algumas dessas pessoas (Item 7.6 do Formulário de Referência):

A Sra. Deborah Stern Vieitas, candidata a conselheira independente da Companhia, declarou que é conselheira independente do Banco Santander S/A, instituição financeira credora da Companhia.

* * * * *

**PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA**

ANEXO IV – Informações sobre remuneração da Administração

Seguem abaixo as informações indicadas no Item 8 do Formulário de Referência:

8.1. Descrever a política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos:

a) objetivos da política ou prática de remuneração, informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

As práticas da Companhia relativas à remuneração do Conselho de Administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do Comitê de Auditoria Estatutário e dos demais comitês de assessoramento ao Conselho de Administração têm por objetivo servir como ferramenta de atração, motivação e retenção de profissionais, buscando assegurar que referida remuneração seja justa e compatível com as funções e os riscos inerentes a cada cargo e proporcionando o alinhamento dos interesses dos referidos profissionais com os interesses de longo prazo da Companhia.

A remuneração do Conselho Fiscal (quando instalado) é estabelecida pela assembleia de acionistas da Companhia, a qual tem por prática fixá-la no mínimo legal de acordo com o artigo 162 da Lei nº 6.404/76.

Em reunião realizada em 26 de setembro de 2018, o Conselho de Administração aprovou formalmente a Política de Remuneração da Administração da Companhia, com o fim de estabelecer as diretrizes que deverão ser observadas e, consequentemente, aplicadas para determinar a remuneração dos membros da Diretoria Executiva (diretores estatutários) e do Conselho de Administração da Companhia, bem como dos comitês de assessoramento desse órgão, estatutários ou não. Em 26 de agosto de 2020, a política foi revisada pelo Conselho de Administração para prever a possibilidade de instituição de plano especial de retenção para diretores estatutários. A referida política encontra-se disponível nas páginas da Companhia (www.iochpe.com.br), da CVM (www.gov.br/cvm) e da B3 (www.b3.com.br) na rede mundial de computadores.

b) práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria, indicando:

(i) os órgãos e comitês do emissor que participam do processo decisório, identificando de que forma participam

A Companhia possui um Comitê de Nomeação e Remuneração, atualmente composto exclusivamente por membros do Conselho de Administração, o qual anualmente avalia e debate a remuneração individual do Conselho de Administração e da diretoria, com base em estudos e pesquisas de mercado coordenados pela área de Recursos Humanos, com o apoio de consultoria externa especializada. Após tal avaliação, o Comitê de Nomeação e Remuneração (i) juntamente com o Diretor Presidente da Companhia, delibera a respeito da remuneração dos diretores não estatutários, e (ii) apresenta sua recomendação ao Conselho de Administração, que delibera acerca da remuneração individual dos membros dos órgãos da administração (Conselho de Administração e Diretoria Executiva).

(ii) critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos

Periodicamente, é realizada uma pesquisa de mercado, coordenada pela área de Recursos Humanos, com o apoio de consultoria especializada em remuneração executiva, que busca identificar as práticas e valores de remuneração de empresas de mesmo porte e setores de atuação similares à Companhia. O resultado dessa pesquisa é levado em consideração para fins de fixação e reajuste da remuneração individual. Eventualmente, podem ser realizadas pesquisas específicas para determinadas posições-chave, visando a tornar ainda mais precisa a análise. O grupo de empresas que constitui a amostra para a pesquisa é definido pelo Comitê de Nomeação e Remuneração.

No caso dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva (diretores estatutários), o referido Comitê faz a recomendação dos ajustes, recomendação esta que é submetida à deliberação do Conselho de Administração, para que sejam definidos os ajustes necessários, garantindo a competitividade da remuneração individual dos administradores.

(iii) com que frequência e de que forma o conselho de administração avalia a adequação da política de remuneração do emissor

O Comitê de Nomeação e Remuneração e, em sequência, o Conselho de Administração avaliam a adequação da política de remuneração da Companhia bianualmente, levando em consideração as práticas de mercado verificadas nas pesquisas mencionadas no item anterior.

c) **composição da remuneração, indicando:**

(i) **descrição dos diversos elementos que compõem a remuneração, incluindo, em relação a cada um deles:**

- **seus objetivos e alinhamento aos interesses de curto, médio e longo prazo do emissor**
- **sua proporção na remuneração total nos 3 últimos exercícios sociais**
- **sua metodologia de cálculo e de reajuste**
- **principais indicadores de desempenho nele levados em consideração, inclusive, se for o caso, indicadores ligados a questões ASG**

A Companhia busca o alinhamento das suas práticas de remuneração aos seus interesses de curto prazo por meio da atração e retenção de profissionais que agreguem valor aos seus negócios. Assim, a remuneração fixa alinha-se aos interesses de curto prazo da Companhia e visa à recompensa imediata dos administradores, no que a Companhia, com base nas melhores práticas do mercado, entende ser suficiente para propiciar a retenção de talentos no curto prazo.

Já as práticas de remuneração variável, em especial na forma de bônus anuais, atuam como um híbrido entre os interesses de curto (ao referir-se aos resultados atingidos) e de médio e longo prazos (retenção e resultados a atingir) da Companhia.

As práticas de incentivo de longo prazo não são baseadas na outorga de ações de emissão da Companhia; trata-se da outorga de prêmio em dinheiro referenciado no valor das ações de emissão da Companhia em bolsa de valores, conforme detalhado no item 8.4 deste Anexo, visando assegurar o comprometimento de seus beneficiários com a continuidade da Companhia e seus interesses no longo prazo.

Os elementos da remuneração do Conselho de Administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do Conselho Fiscal (quando instalado), do Comitê de Auditoria Estatutário e dos demais comitês de assessoramento do Conselho de Administração, em linha com os objetivos traçados, são estabelecidos de maneira diferenciada para cada órgão da Companhia, conforme detalhado a seguir:

Conselho de Administração

Os membros do Conselho de Administração fazem jus somente a uma remuneração fixa, não atrelada à sua participação em reuniões, a qual é estabelecida de acordo com padrões de mercado e visa recompensar, atrair e reter conselheiros que agreguem valor aos resultados da Companhia. A remuneração fixa pode ainda ser acrescida em 30%, para o conselheiro que participa de um dos comitês de assessoramento, ou em 50%, para o conselheiro que participa

de dois ou mais comitês, como forma de incentivo à participação dos executivos nos órgãos de assessoramento à administração da Companhia.

A remuneração do Presidente do Conselho de Administração poderá ser diferenciada, em razão de suas atribuições específicas e, conseqüentemente, maior demanda de tempo.

Os membros do Conselho de Administração não fazem jus a uma remuneração variável, não participando, portanto, dos planos de incentivo de curto ou de longo prazo da Companhia. Os Conselheiros também não fazem jus a nenhum benefício pós-emprego.

A remuneração fixa é reajustada anualmente com base na aplicação de indicadores públicos de inflação (IPCA calculado pelo IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

Diretoria (estatutária e não estatutária)

Os diretores, estatutários ou não, fazem jus a uma remuneração fixa, a qual também é estabelecida de acordo com padrões de mercado e visa recompensar, atrair e reter profissionais que agreguem valor aos resultados da Companhia.

Como parte da remuneração fixa, a Companhia pode ainda conceder aos diretores benefícios diretos e indiretos, tais como: vale refeição, seguro de vida e/ou para acidentes pessoais, plano de saúde, plano odontológico, automóvel, combustível e auxílio previdência (quando plano de previdência privada complementar não estiver disponível), sempre compatíveis com o mercado e alinhados à estratégia de remuneração total da Companhia.

A remuneração fixa dos diretores é reajustada anualmente com base em pesquisa de remuneração específica, sendo também levadas em consideração a performance do executivo e suas metas individuais.

Os diretores também fazem jus a um benefício pós-emprego, representado por plano de complementação de benefícios de aposentadoria, oferecido pela Companhia por intermédio de um plano de previdência privada complementar, administrado por uma gestora independente de grande porte, de forma a alinhar seus benefícios àqueles concedidos por outras empresas que atuam no mesmo segmento da Companhia, ou outro mecanismo visando a complementação de aposentadoria (*e.g.*, auxílio previdência).

Os diretores fazem jus ainda a uma remuneração variável. Como parte dessa remuneração, há o incentivo de curto prazo, pago em forma de bônus calculado sobre o desempenho anual da Companhia. O objetivo da remuneração variável de curto prazo é recompensar o resultado do ano, se as metas, financeiras e não financeiras, estipuladas para o período tiverem sido alcançadas.

A remuneração variável de curto prazo dos diretores é verificada pelo Comitê de Nomeação e Remuneração e está atrelada a métricas financeiras, como o lucro líquido, lucro antes do imposto de renda e contribuição social (LAIR), capital de giro e retorno sobre o capital investido na Companhia (*“Return On Invested Capital”* ou *“ROIC”*), bem como a métricas de sustentabilidade, apuradas anualmente pela Companhia.

No ciclo anual do planejamento do plano de negócios da Companhia, são definidos as metas e os desafios para os anos subsequentes, os quais, por sua vez, são desdobrados por toda a organização sob a forma de metas de desempenho (financeiras e não financeiras) para as operações de negócios e unidades, buscando estimular a melhoria contínua dos resultados gerais da Companhia. Havendo o cumprimento das metas traçadas para o ano, os diretores fazem jus à remuneração variável de curto prazo.

Ainda como parte da remuneração variável, a Companhia possui um plano de incentivo de longo prazo pelo qual certos executivos da Companhia são elegíveis a prêmios em dinheiro, denominados *Restricted Stock Units* (*“RSU”*) e *Performance Share* (*“PS”*), referenciados no valor das ações de emissão da Companhia em bolsa de valores, cujas características estão detalhadas no item 8.4 deste Anexo. A estratégia desse elemento da remuneração reforça o alinhamento dos interesses dos executivos da Companhia e seus acionistas, no horizonte de tempo que vai do médio ao longo prazo, especialmente ao condicionar o recebimento dos prêmios outorgados no âmbito do plano ao decurso do prazo de carência/permanência na Companhia e, no caso da PS, ao atingimento de metas de ROIC.

O objetivo do plano de incentivo de longo prazo é reter seus beneficiários e atrair novos talentos, fomentando a permanência do executivo na Companhia por um período mais longo (2 a 4 anos), além de recompensá-lo pelo resultado atingido de acordo com metas estabelecidas.

Adicionalmente, o Conselho de Administração poderá, ouvido o Comitê de Nomeação e Remuneração e tomando em consideração o plano de sucessão da liderança da Companhia, estabelecer plano especial de retenção para um ou mais dos diretores, inclusive mediante mecanismo de remuneração em caso de desligamento do cargo, compatível com criação de valor e com a gestão de risco no longo prazo. Tal plano poderá prever elementos de remuneração fixos e/ou variáveis e estar atrelado ao alcance de metas específicas e obrigações condicionais, com o objetivo de motivar e buscar a permanência de tais executivos na Companhia por determinado período, sempre alinhado aos interesses da Companhia.

Conselho Fiscal

A remuneração dos membros do Conselho Fiscal (quando instalado) acompanha a legislação existente, a qual prevê, além do reembolso obrigatório de despesas de locomoção e estada necessárias para o desempenho da função, compensação não inferior, para cada membro em exercício, a 10% da que, em média, for atribuída a cada diretor estatutário, não computados os benefícios, verbas de representação e participação nos lucros distribuídos aos diretores estatutários. Os membros do Conselho Fiscal não fazem jus a nenhuma remuneração variável ou outros benefícios.

Comitê de Auditoria Estatutário e outros Comitês

Os membros dos comitês de assessoramento ao Conselho de Administração (inclusive do Comitê de Auditoria Estatutário) que não sejam membros do Conselho de Administração recebem uma remuneração fixa a título de honorários.

Os membros dos comitês de assessoramento ao Conselho de Administração (inclusive do Comitê de Auditoria Estatutário) que sejam membros do Conselho de Administração fazem jus à remuneração fixa descrita para esse órgão neste item 8.1(c)(i), a qual prevê um acréscimo de até 50% da remuneração base do conselheiro, como forma de incentivo à participação dos referidos executivos nos órgãos de assessoramento à administração da Companhia.

Os membros dos comitês de assessoramento ao Conselho de Administração (inclusive do Comitê de Auditoria Estatutário) não fazem jus a nenhuma remuneração variável ou outros benefícios.

A remuneração fixa é reajustada anualmente com base na aplicação de indicadores públicos de inflação (IPCA calculado pelo IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

Proporção de cada elemento na remuneração total nos três últimos exercícios sociais:

Exercício social findo em 31/dez/2024	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Comitê de Auditoria Estatutária	Conselho Fiscal
Remuneração fixa anual	100,000000%	49,397813%	100,000000%	0,000000%
Salário ou pró-labore	70,084511%	45,888109%	100,000000%	0,000000%
Benefícios diretos e indiretos	9,698803%	3,509704%	0,000000%	0,000000%
Participações em comitês	20,216686%	0,000000%	0,000000%	0,000000%
Outros	0,000000%	0,000000%	0,000000%	0,000000%
Remuneração variável	0,000000%	29,826140%	0,000000%	0,000000%
Bônus	0,000000%	29,826140%	0,000000%	0,000000%
Participação em resultados	0,000000%	0,000000%	0,000000%	0,000000%
Participação em reuniões	0,000000%	0,000000%	0,000000%	0,000000%
Comissões	0,000000%	0,000000%	0,000000%	0,000000%

Exercício social findo em 31/dez/2024	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Comitê de Auditoria Estatutária	Conselho Fiscal
Outros	0,000000%	0,000000%	0,000000%	0,000000%
Benefícios Pós-emprego	0,000000%	2,294281%	0,000000%	0,000000%
Benefícios por cessação do cargo	0,000000%	8,052247%	0,000000%	0,000000%
Remuneração baseada em ações	0,000000%	10,429518%	0,000000%	0,000000%
Total sobre a remuneração global	100,000000%	100,000000%	100,000000%	0,000000%

Exercício social findo em 31/dez/2023	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Comitê de Auditoria Estatutária	Conselho Fiscal
Remuneração fixa anual	100,000000%	47,233354%	100,000000%	0,000000%
Salário ou pró-labore	70,309151%	43,347975%	100,000000%	0,000000%
Benefícios diretos e indiretos	9,409423%	3,885379%	0,000000%	0,000000%
Participações em comitês	20,281425%	0,000000%	0,000000%	0,000000%
Outros	0,000000%	0,000000%	0,000000%	0,000000%
Remuneração variável	0,000000%	41,368210%	0,000000%	0,000000%
Bônus	0,000000%	41,368210%	0,000000%	0,000000%
Participação em resultados	0,000000%	0,000000%	0,000000%	0,000000%
Participação em reuniões	0,000000%	0,000000%	0,000000%	0,000000%
Comissões	0,000000%	0,000000%	0,000000%	0,000000%
Outros	0,000000%	0,000000%	0,000000%	0,000000%
Benefícios Pós-emprego	0,000000%	2,629316%	0,000000%	0,000000%
Benefícios por cessação do cargo	0,000000%	0,000000%	0,000000%	0,000000%
Remuneração baseada em ações	0,000000%	8,769121%	0,000000%	0,000000%
Total sobre a remuneração global	100,000000%	100,000000%	100,000000%	0,000000%

Exercício social findo em 31/dez/2022	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Comitê de Auditoria Estatutária	Conselho Fiscal
Remuneração fixa anual	100,000000%	44,655040%	100,000000%	100,000000%
Salário ou pró-labore	62,189818%	41,115434%	100,000000%	100,000000%
Benefícios diretos e indiretos	9,115924%	3,539606%	0,000000%	0,000000%
Participações em comitês	28,694258%	0,000000%	0,000000%	0,000000%
Outros	0,000000%	0,000000%	0,000000%	0,000000%
Remuneração variável	0,000000%	44,414825%	0,000000%	0,000000%
Bônus	0,000000%	44,414825%	0,000000%	0,000000%
Participação em resultados	0,000000%	0,000000%	0,000000%	0,000000%
Participação em reuniões	0,000000%	0,000000%	0,000000%	0,000000%
Comissões	0,000000%	0,000000%	0,000000%	0,000000%
Outros	0,000000%	0,000000%	0,000000%	0,000000%
Benefícios Pós-emprego	0,000000%	2,574970%	0,000000%	0,000000%
Benefícios por cessação do cargo	0,000000%	0,000000%	0,000000%	0,000000%
Remuneração baseada em ações	0,000000%	8,355166%	0,000000%	0,000000%
Total sobre a remuneração global	100,000000%	100,000000%	100,000000%	0,000000%

(ii) razões que justificam a composição da remuneração

A composição da remuneração visa à atração e à retenção de profissionais adequados às necessidades da Companhia e considera as composições referenciais de mercado à época da contratação de cada profissional específico, baseado em suas experiências e capacidade técnica.

(iii) a existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato

Não existem membros não remunerados pela Companhia.

d) existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Não há qualquer remuneração suportada por subsidiárias ou controladas. A Companhia não possui acionista controlador.

e) existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

Não há qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário.

8.2. Em relação à remuneração reconhecida no resultado dos três últimos exercícios sociais e a prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, informa-se o seguinte:

Remuneração total prevista para o exercício social corrente (2025) – Valores Anuais ¹				
Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal ²	Total
Nº total de membros	9,00	4,00	3,00	16,00
Nº de membros remunerados	9,00	4,00	3,00	16,00
Remuneração fixa anual, segregada em:				
Salário ou pró-labore	5.364.770	10.643.146	1.064.315	17.072.231
Benefícios diretos e indiretos	933.278	4.606.848	-	5.540.125
Remuneração por participações em comitês	1.170.495	-	-	1.170.495
Outros	-	888.912	-	888.912
Remuneração variável, segregada em:				
Bônus	-	11.557.210	-	11.557.210
Participação nos resultados	-	-	-	-
Remuneração por participações em reuniões	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Benefícios pós-emprego	-	263.282	-	263.282
Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	-	3.735.385	-	3.735.385
Remuneração baseada em ações, incluindo opções	-	3.836.674	-	3.836.674
Total da remuneração	7.468.543	35.531.457	1.064.315	44.064.315

¹ A remuneração não inclui os encargos sociais de ônus do empregador.

² A Companhia possui Conselho Fiscal de funcionamento não permanente. Valor previsto caso seja instalado o Conselho Fiscal no exercício corrente.

Remuneração reconhecida no resultado do exercício social encerrado em 31/12/2024 – Valores Anuais ¹				
Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	9,00	4,00	-	13,00
Nº de membros remunerados	9,00	4,00	-	13,00
Remuneração fixa anual, segregada em:				
Salário ou pró-labore	5.112.021	7.667.728	-	12.780.554
Benefícios diretos e indiretos	657.896	586.458	-	1.244.354
Remuneração por participações em comitês	1.371.352	-	-	1.371.352
Outros	-	-	-	-
Remuneração variável, segregada em:				
Bônus	-	4.983.832	-	4.983.832
Participação nos resultados	-	-	-	-
Remuneração por participações em reuniões	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Benefícios pós-emprego	-	383.365	-	383.365
Benefícios motivados pela cessação do cargo	-	1.345.499	-	1.345.499
Remuneração baseada em ações, incluindo opções	-	1.742.732	-	1.742.732
Total da remuneração	7.142.078	16.709.611	-	23.851.688

¹A remuneração não inclui os encargos sociais de ônus do empregador.

Remuneração reconhecida no resultado do exercício social encerrado em 31/12/2023 – Valores Anuais ¹				
Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	9,00	3,67	-	12,67
Nº de membros remunerados	9,00	3,67	-	12,67
Remuneração fixa anual, segregada em:				
Salário ou pró-labore	4.894.021	6.066.308	-	10.960.329
Benefícios diretos e indiretos	608.999	543.737	-	1.152.736
Remuneração por participações em comitês	1.312.660	-	-	1.312.660
Outros	-	-	-	-
Remuneração variável, segregada em:				
Bônus	-	2.726.514	-	2.726.514
Participação nos resultados	-	-	-	-
Remuneração por participações em reuniões	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Benefícios pós-emprego	-	367.958	-	367.958
Benefícios motivados pela cessação do cargo	-	-	-	-
Remuneração baseada em ações, incluindo opções	-	1.227.190	-	1.227.190
Total da remuneração	6.815.680	10.931.708	-	17.747.387

¹ A remuneração não inclui os encargos sociais de ônus do empregador.

Remuneração reconhecida no resultado do exercício social encerrado em 31/12/2022 – Valores Anuais ¹				
Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal ²	Total
Nº total de membros	9,00	3,00	0,75	12,75
Nº de membros remunerados	9,00	3,00	0,75	12,75
Remuneração fixa anual, segregada em:				
Salário ou pró-labore	4.096.402	5.172.060	117.625	7.352.767
Benefícios diretos e indiretos	553.374	445.260	-	998.634
Remuneração por participações em comitês	1.741.861	-	-	3.775.180
Outros	-	-	-	-
Remuneração variável, segregada em:				
Bônus	-	5.587.102	-	5.587.102
Participação nos resultados	-	-	-	-
Remuneração por participações em reuniões	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Benefícios pós-emprego	-	323.915	-	323.915
Benefícios motivados pela cessação do cargo	-	-	-	-
Remuneração baseada em ações, incluindo opções	-	1.051.027	-	1.051.027
Total da remuneração	6.391.637	12.579.363	117.625	19.088.625

¹ A remuneração não inclui os encargos sociais de ônus do empregador.

² A Companhia possui Conselho Fiscal de funcionamento não permanente. O Conselho Fiscal não foi instalado na AGO de 2022, mas nesse exercício esteve em funcionamento até a data da AGO (abril/2022).

8.3. Em relação à remuneração variável dos três últimos exercícios sociais e a prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, informa-se o seguinte:

Remuneração variável prevista para o exercício social corrente (2025)	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Número de membros	-	4,00	-	4,00
Número de membros remunerados	-	4,00	-	4,00
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	5.057.644	-	5.057.644
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	11.801.169	-	11.801.169
Valor previsto no plano de remuneração caso as metas sejam atingidas	-	8.429.406	-	8.429.406
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração caso as metas sejam atingidas	-	-	-	-

Remuneração variável – exercício social encerrado em 31/12/2024	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Número de membros	-	4,00	-	4,00
Número de membros remunerados	-	4,00	-	4,00
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	2.641.296	-	2.641.296
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	6.163.024	-	6.163.024
Valor previsto no plano de remuneração caso as metas fossem atingidas	-	4.402.160	-	4.402.160
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	-	4.983.832	-	4.983.832
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração caso as metas fossem atingidas	-	-	-	-
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	-	-	-	-

Remuneração variável – exercício social encerrado em 31/12/2023	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Número de membros	-	3,67	-	3,67
Número de membros remunerados	-	3,67	-	3,67
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	2.945.716	-	2.945.716
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	8.100.527	-	8.100.527
Valor previsto no plano de remuneração caso as metas fossem atingidas	-	4.909.526	-	4.909.526
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	-	2.726.514	-	2.726.514
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração caso as metas fossem atingidas	-	-	-	-
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	-	-	-	-

Remuneração variável – exercício social encerrado em 31/12/2022	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Número de membros	-	3,00	-	3,00
Número de membros remunerados	-	3,00	-	3,00
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	2.664.133	-	2.664.133
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	6.216.310	-	6.216.310
Valor previsto no plano de remuneração caso as metas fossem atingidas	-	4.440.222	-	4.440.222
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	-	5.587.102	-	5.587.102
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração caso as metas fossem atingidas	-	-	-	-
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	-	-	-	-

8.4. Em relação ao plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente, informa-se o seguinte:

Conforme indicado no item 8.1(c)(i) deste Anexo, o Conselho de Administração não faz jus a nenhum plano de remuneração baseado em ações.

A Diretoria estatutária faz jus a um plano de remuneração baseado em ações (Plano de Incentivo de Longo Prazo), conforme descrito a seguir:

a) Termos e condições gerais

O Plano de Incentivo de Longo Prazo ("Plano ILP") da Companhia prevê a outorga a determinados executivos da Companhia de prêmios em dinheiro, denominados, para fins do Plano ILP, *Restricted Stock Unit* ("RSU") e *Performance Share* ("PS"), referenciados na valorização das ações de emissão da Companhia em bolsa de valores, e (ii) no caso da PS, condicionado ao atingimento de meta baseada no retorno sobre capital investido na Companhia ("Return Over Invested Capital" ou "ROIC"), observadas as condições gerais do referido plano.

São elegíveis para participar do Plano ILP os principais executivos da Companhia e de suas controladas, conforme determinação do Conselho de Administração.

O Conselho de Administração é o órgão responsável por administrar o Plano ILP, com amplos poderes para sua organização.

De acordo com os termos do Plano ILP, o Conselho de Administração criará, periodicamente, programas no âmbito do Plano ILP e em conformidade com os planos estratégicos da Companhia, nos quais serão definidos: (i) os beneficiários; (ii) o número de RSUs e PSs a que o beneficiário fará jus; (iii) os prazos e condições para o recebimento dos RSUs e PSs; e (v) demais termos, condições e restrições aplicáveis ao respectivo programa, que não sejam contrários às diretrizes gerais do Plano ILP.

b) data de aprovação e órgão responsável

O Plano ILP da Companhia foi originalmente aprovado pelo Conselho de Administração em 27 de abril de 2016, tendo sido alterado por esse mesmo órgão em 29 de janeiro de 2020 e 26 de agosto de 2020.

c) número máximo de ações abrangidas

Não aplicável, pois o Plano ILP não abrange a outorga de ações de emissão da Companhia, trata-se da outorga de um prêmio em moeda corrente baseado no preço das ações da Companhia em bolsa de valores, na forma de RSUs e PSs, conforme descrito neste item 8.4.

d) número máximo de opções a serem outorgadas

Não aplicável, pois o Plano ILP não envolve outorga de opções.

e) condições de aquisição de ações

O Plano ILP não abrange a outorga de ações de emissão da Companhia, trata-se da outorga de um prêmio em moeda corrente baseado no preço das ações da Companhia em bolsa de valores, na forma de RSUs e PSs, conforme descrito neste item 8.4. São elegíveis para participar do Plano ILP os principais executivos da Companhia e de suas controladas, conforme determinação do Conselho de Administração, levando em consideração os planos estratégicos da Companhia.

f) critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

No momento da outorga, a quantidade das RSUs e PSs será fixada da seguinte forma: (a) o Conselho de Administração fixará, a seu critério, para cada beneficiário, um fator ("Fator Referencial") que, após multiplicado pelo montante do salário bruto mensal do beneficiário, será dividido pelo preço médio ponderado das ações de emissão da Companhia negociadas na bolsa nos últimos 20 pregões anteriores ao período de oito dias que antecede a data da outorga do Programa; e (b) as unidades resultantes de tal divisão serão separadas, em duas partes, conforme proporção definida pelo Conselho de Administração para cada programa, sendo que a primeira parte será o número de RSUs a que o beneficiário fará jus e a segunda parte, o número de PSs.

O Fator Referencial relativo aos diretores estatutários da Companhia será fixado pelo Conselho de Administração observando-se, ainda, o montante global da remuneração da administração estabelecido pela assembleia geral ordinária de acionistas da Companhia.

No momento da liquidação, o montante a ser pago ao beneficiário por cada RSU será equivalente: (i) ao preço médio ponderado das ações de emissão da Companhia negociadas na bolsa nos 10 pregões anteriores à data de liquidação aplicável, para os programas lançados até 2019 (inclusive); e (ii) ao preço médio ponderado das ações de emissão da Companhia negociadas na bolsa nos 20 pregões anteriores à data de liquidação aplicável, para os programas lançados a partir de 2020 (inclusive).

O montante a ser pago ao beneficiário por cada PS liquidada será equivalente: (i) ao preço da ação de emissão da Companhia negociada na bolsa na data de liquidação aplicável, para os programas lançados até 2019 (inclusive); e (ii) ao preço médio ponderado das ações de emissão da Companhia negociadas na bolsa nos 20 pregões anteriores à data de liquidação aplicável, para os programas lançados a partir de 2020 (inclusive).

g) critérios para fixação do prazo de aquisição ou exercício

De forma a alinhar a performance dos executivos aos resultados da Companhia no longo prazo, o Plano ILP estabelece que as RSUs serão liquidadas em três tranches distintas, de um terço cada, liquidadas até 30 de abril do ano em que a data de outorga completa o seu segundo, terceiro e quarto aniversários, respectivamente.

Por sua vez, as PSs serão liquidadas até 30 de abril do ano em que a data de outorga completa o seu quarto aniversário, ressalvado que as PSs somente serão devidas e pagas pela Companhia ao beneficiário de acordo com o atingimento das metas estabelecidas pelo Conselho de Administração com base no ROIC apurado nos anos fiscais relativos ao respectivo programa. As efetivas metas de ROIC e montantes devidos serão estabelecidos pelo Conselho de Administração nos respectivos programas.

h) forma de liquidação

O pagamento dos montantes referentes à liquidação das RSUs ou PSs será realizado pela Companhia exclusivamente em moeda corrente, não havendo pagamento mediante entrega de ações de emissão da Companhia.

i) restrições à transferência das ações

Não aplicável, pois o Plano ILP não abrange a outorga de ações de emissão da Companhia, trata-se da outorga de um prêmio em moeda corrente baseado no preço das ações da Companhia em bolsa de valores, na forma de RSUs e PSs, conforme descrito neste item 8.4.

j) critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

Não há critérios ou eventos específicos que quando observados ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do Plano ILP. Todavia, o Conselho de Administração da Companhia, órgão responsável pela administração do Plano ILP, poderá a seu critério alterar ou extinguir o referido plano. O Plano ILP tem prazo de vigência de 10 (dez) anos contados a partir de abril de 2016.

k) efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

Salvo decisão em contrário do Conselho de Administração: (i) no caso de término do contrato de trabalho ou do mandato do beneficiário, caducarão todas as RSUs e PSs outorgadas ao beneficiário em questão. No entanto, se o beneficiário se aposentar, deixando de exercer suas atividades na Companhia, as RSUs a ele outorgadas serão devidas proporcionalmente ao tempo em que seu contrato de trabalho ou mandato permaneceu em vigor; se o beneficiário falecer ou tornar-se permanentemente inválido para o exercício de sua função, as RSUs a ele outorgadas serão devidas em sua totalidade; e (ii) as PSs somente serão devidas e pagas na medida em que os respectivos beneficiários permaneçam continuamente vinculados à Companhia, pelo período compreendido entre a data de outorga e a data de liquidação aplicável.

8.5. Em relação à remuneração baseada em ações sob a forma de opções de compra de ações reconhecida no resultado dos três últimos exercícios sociais e a prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, informa-se o seguinte:

Não aplicável. A Companhia não possui remuneração baseada em ações sob a forma de opções de compra de ações.

8.6. Em relação à cada outorga de opções de compra de ações realizada nos três últimos exercícios sociais e previstas para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, informa-se o seguinte:

Não aplicável. A Companhia não possui remuneração baseada em ações sob a forma de opções de compra de ações.

8.7. Em relação às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social, informa-se o seguinte:

Não aplicável. A Companhia não possui remuneração baseada em ações sob a forma de opções de compra de ações.

8.8. Em relação às opções exercidas relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos três últimos exercícios sociais, informa-se o seguinte:

Não aplicável. A Companhia não possui remuneração baseada em ações sob a forma de opções de compra de ações.

8.9. Em relação à remuneração baseada em ações, sob a forma de ações a serem entregues diretamente aos beneficiários, reconhecida no resultado dos três últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, informa-se o seguinte:

Não aplicável. A Companhia não possui remuneração baseada em ações sob a forma de ações a serem entregues diretamente aos beneficiários

8.10. Em relação à cada outorga de ações realizada nos três últimos exercícios sociais e previstas para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, informa-se o seguinte:

Conforme descrito no item 8.4 deste Anexo, a Companhia possui plano de remuneração baseado em ações, sob a forma de outorga de prêmio em dinheiro referenciado na valorização das ações de emissão da Companhia.

Remuneração baseada em ações prevista para o exercício social corrente (2025)	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	9,00	4,00
Nº total de membros remunerados	-	4,00
Data de outorga	-	29/01/2025
Quantidade de RSUs e PSs outorgadas	-	510.586
Prazo máximo para entrega das RSUs e PSs	-	4 anos
Prazo de restrição à transferência de RSUs e PSs	-	2 anos
Valor justo das RSUs e PSs na data de outorga (R\$)	-	11,32
Multiplicação da quantidade das RSUs e PSs outorgadas pelo valor justo das ações na data da outorga (R\$)	-	5.779.834

Remuneração baseada em ações reconhecida no exercício social findo em 31/12/2024	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	9,00	4,00
Nº total de membros remunerados	-	4,00
Data de outorga	-	31/01/2024
Quantidade de RSUs e PSs outorgadas	-	258.876
Prazo máximo para entrega das RSUs e PSs	-	4 anos
Prazo de restrição à transferência de RSUs e PSs	-	2 anos
Valor justo das RSUs e PSs na data de outorga (R\$)	-	12,37
Multiplicação da quantidade das RSUs e PSs outorgadas pelo valor justo das ações na data da outorga (R\$)	-	3.202.296

Remuneração baseada em ações reconhecida no exercício social findo em 31/12/2023	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	9,00	3,67
Nº total de membros remunerados	-	3,67
Data de outorga	-	01/02/2023
Quantidade de RSUs e PSs outorgadas	-	252.466
Prazo máximo para entrega das RSUs e PSs	-	4 anos
Prazo de restrição à transferência de RSUs e PSs	-	2 anos
Valor justo das RSUs e PSs na data de outorga (R\$)	-	11,18
Multiplicação da quantidade das RSUs e PSs outorgadas pelo valor justo das ações na data da outorga (R\$)	-	2.822.573

Remuneração baseada em ações reconhecida no exercício social findo em 31/12/2022	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	9,00	3,00
Nº total de membros remunerados	-	3,00
Data de outorga	-	25/01/2022
Quantidade de RSUs e PSs outorgadas	-	185.026
Prazo máximo para entrega das RSUs e PSs	-	4 anos
Prazo de restrição à transferência de RSUs e PSs	-	2 anos
Valor justo das RSUs e PSs na data de outorga (R\$)	-	11,18
Multiplicação da quantidade das RSUs e PSs outorgadas pelo valor justo das ações na data da outorga (R\$)	-	2.068.591

8.11. Em relação às ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais, informa-se o seguinte:

Conforme descrito no item 8.4 deste Anexo, a Companhia possui plano de remuneração baseado em ações, sob a forma de outorga de prêmio em dinheiro referenciado na valorização das ações de emissão da Companhia.

Ações entregues no exercício social findo em 31/12/2024	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	9,00	4,00
Nº total de membros remunerados	-	4,00
Número de ações	-	82.365
Preço médio ponderado de aquisição (R\$)	-	18,47
Preço médio ponderado de mercado de aquisição (R\$)	-	12,90
Multiplicação do total das ações adquiridas pela da diferença entre o preço médio ponderado de aquisição e o preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	-	(458.517)

Ações entregues no exercício social findo em 31/12/2023	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	9,00	3,67
Nº total de membros remunerados	-	3,00
Número de ações	-	79.825
Preço médio ponderado de aquisição (R\$)	-	20,48
Preço médio ponderado de mercado de aquisição (R\$)	-	11,21
Multiplicação do total das ações adquiridas pela da diferença entre o preço médio ponderado de aquisição e o preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	-	(739.978)

Ações entregues no exercício social findo em 31/12/2022	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	9,00	3,00
Nº total de membros remunerados	-	3,00
Número de ações	-	71.511
Preço médio ponderado de aquisição (R\$)	-	22,79
Preço médio ponderado de mercado de aquisição (R\$)	-	12,24
Multiplicação do total das ações adquiridas pela da diferença entre o preço médio ponderado de aquisição e o preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	-	(754.441)

8.12. Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 8.5 a 8.11, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções, indicando no mínimo:

a) Modelo de precificação

O modelo de precificação está detalhado no item 8.4 deste Anexo.

b) Dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco

Não aplicável.

c) Método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado

Não aplicável.

d) Forma de determinação da volatilidade esperada

Não aplicável.

e) Se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo

Não aplicável.

8.13. Quantidade de ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos, no Brasil ou no exterior, pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, que sejam detidas por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão

Órgão	Quantidade de ações de emissão da Companhia	% do capital social da Companhia
Conselho de Administração	20.821.152	13,54%
Diretoria Estatutária	26.026	0,02%
Total	20.847.178	13,56%

8.14. Em relação aos planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários, informa-se o seguinte:

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Número de membros	9,00	4,00
Número de membros remunerados	-	4,00
Nome do plano	-	BrasilPrev Seguros e Previdência S.A. (contribuição definida)
Quantidade de administradores que reúnem as condições para se aposentar	-	Não há administrador em condições de se aposentar
Condições para se aposentar antecipadamente	-	N/A
Valor atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores (em R\$)	-	4.868.138
Valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores (em R\$)	-	383.365
Se há a possibilidade de resgate antecipado e quais as condições	-	Não há possibilidade

8.15. Para os três últimos exercícios sociais, em relação ao conselho de administração, à diretoria estatutária e ao conselho fiscal, indica-se o seguinte:

	Diretoria Estatutária			Conselho Administração			Conselho Fiscal		
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2022 ¹
Nº de membros	4,00	3,67	3,00	9,00	9,00	9,00	-	-	0,75
Nº de membros remunerados	4,00	3,67	3,00	9,00	9,00	9,00	-	-	0,75
Valor da maior remuneração (R\$)	8.599.684	5.988.527	7.517.967	1.609.540	1.535.284	1.437.051	-	-	39.208
Valor da menor remuneração (R\$)	1.925.052	1.413.677	1.637.910	457.594	438.189	412.353	-	-	39.208
Valor médio da remuneração (R\$)	4.177.403	2.981.375	4.193.002	793.564	757.298	710.181	-	-	39.208

¹ A Companhia possui Conselho Fiscal de funcionamento não permanente. O Conselho Fiscal não foi instalado na AGO de 2022, mas nesse exercício esteve em funcionamento até a data da AGO (abril/2022).

Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria estatutária de maior remuneração exerceram suas funções na Companhia pelo período de 12 meses.

8.16. Descrever arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para o emissor

Não há arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, salvo pelo disposto a seguir:

- Em agosto de 2020, o Conselho de Administração aprovou a instituição de Plano Especial de Retenção em favor do Sr. Marcos Sergio de Oliveira, Diretor Presidente da Companhia desde março de 2014. O referido plano de retenção trata-se de incentivo de longo prazo correspondente a bônus a ser pago quando o Conselho de Administração decidir, por iniciativa desse órgão, o desligamento do atual Diretor Presidente do seu cargo, seja por destituição ou por término do mandato sem recondução ao cargo, e sempre sujeito à condição de que seja cumprido pelo referido executivo compromisso de não concorrência por determinado período. O valor máximo do referido plano de retenção será correspondente a 400.000 ações de emissão da Companhia negociadas na B3, convertidas pelo preço médio ponderado das ações nos 20 pregões anteriores à data do desligamento, sendo parte dele sujeito ainda ao cumprimento de metas de desempenho qualitativas. Em razão do desligamento do Sr. Marcos Oliveria do cargo de Diretor Presidente a partir de 16 de abril de 2025, por término do seu mandato, o referido executivo faz jus ao valor total atingido nos termos do referido Plano Especial de Retenção, sujeito à condição de que seja cumprido pelo referido executivo compromisso de não concorrência.
- Durante os primeiros dez anos contados a partir de 16 de abril de 2025, caso o Sr. Petrus Wilhelmus Maria Klinkers (Pieter Klinkers) seja destituído do cargo de Diretor Presidente, ou não seja reconduzido ao cargo, sem que lhe seja concedido o aviso prévio mínimo pactuado, que poderá variar de 12 a 2 meses, a depender do momento da cessação do cargo, o referido executivo fará jus ao pagamento de indenização cujo montante máximo poderá corresponder a 12 vezes a sua remuneração mensal então vigente, a depender da data da cessação do cargo e do efetivo aviso prévio concedido.

A Companhia possui apólice de seguro de Responsabilidade Civil dos Administradores (D&O). O valor do prêmio do seguro é de US\$ 64,0 mil e o limite da apólice é de US\$ 30,0 milhões.

8.17. Em relação aos três últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto

Não aplicável. A Companhia não possui acionista controlador.

8.18. Em relação aos três últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar os valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados

Não houve em relação aos três últimos exercícios sociais, e não há previsão de que haverá para o exercício social corrente, reconhecimento de nenhum valor no resultado da Companhia como remuneração de membros do Conselho de Administração, da Diretoria estatutária ou do Conselho Fiscal da Companhia por qualquer razão que não a função que ocupam.

8.19. Em relação aos três últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos

Não houve em relação aos três últimos exercícios sociais, e não há previsão de que haverá para o exercício social corrente, reconhecimento de nenhum valor no resultado de controladas da Companhia como remuneração de membros do Conselho de Administração, da Diretoria estatutária ou do Conselho Fiscal da Companhia. A Companhia não possui acionista controlador.

8.20. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Em agosto de 2023, o Conselho de Administração aprovou a instituição de Plano Especial de Retenção em favor do Sr. Petrus Wilhelmus Maria Klinkers (Pieter Klinkers), então diretor presidente da Maxion Wheels desde março de 2015, o qual assumirá o cargo de Diretor Presidente da Companhia a partir de 16 de abril de 2025. O referido plano de retenção trata-se de incentivo de longo prazo correspondente a bônus a ser pago, em dinheiro, condicionado à permanência do executivo na Companhia por determinado período mínimo, sendo certo que caso o desligamento ocorra de forma antecipada por deliberação do Conselho de Administração, sem justa causa, o referido executivo fará jus a um valor parcial do referido bônus. O valor máximo do referido plano de retenção será de € 1,0 milhão, sendo 50% do referido montante sujeito ainda ao atingimento de metas de ROIC estabelecidas pelo Conselho de Administração.

* * * * *